

## INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS

**Estudo Técnico Preliminar 4/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23168.000256.2026-57

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade caracterizar e fundamentar, sob os aspectos técnico, administrativo, jurídico e econômico, a necessidade de contratação de solução destinada à prestação de serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento de discentes regularmente matriculados, de modo a subsidiar adequadamente a tomada de decisão administrativa, a elaboração do Termo de Referência, a definição das estratégias de contratação, a análise de riscos e a construção de plano de sustentação da solução a ser implementada.

2.2. A presente contratação decorre da necessidade institucional de assegurar a prestação de serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento de discentes regularmente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, bem como ao suporte funcional necessário a servidor com deficiência, garantindo condições efetivas de acessibilidade, inclusão educacional e laboral.

2.3. O IFPB, enquanto instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possui como finalidade a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, pautada nos princípios da inclusão, equidade e desenvolvimento regional. No contexto do Sertão paraibano, especialmente no arranjo institucional composto pelos Campi Patos, Santa Luzia, Princesa Isabel, Itaporanga e Cajazeiras, a atuação institucional assume papel estratégico na promoção da interiorização do ensino e na ampliação do acesso a oportunidades educacionais para populações historicamente vulnerabilizadas.

2.4. No âmbito específico do arranjo regional do Sertão paraibano, composto pelos Campi Patos, Santa Luzia, Princesa Isabel, Itaporanga e Cajazeiras, identificou-se demanda contínua e crescente relacionada ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência visual (incluindo baixa visão), deficiência física, mobilidade reduzida e outras condições que exigem acompanhamento individualizado e suporte especializado. Trata-se de realidade comum às unidades vinculadas ao arranjo regional do Sertão paraibano, refletindo o processo de ampliação do acesso à educação pública inclusiva e o aumento progressivo de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas na região do Sertão da Paraíba.

2.5. Registre-se, entretanto, que, no tocante à necessidade de profissional de apoio para assegurar condições adequadas de trabalho a servidor com deficiência, a demanda atualmente identificada restringe-se ao Campus Patos, onde há servidor docente que requer suporte especializado para o pleno exercício de suas atribuições funcionais, em observância aos princípios da acessibilidade, da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.

2.6. Dessa forma, enquanto a demanda por apoio especializado aos discentes com deficiência apresenta caráter regional e comum às unidades integrantes do arranjo institucional, a necessidade de suporte funcional a servidor com deficiência possui, no presente momento, especificidade vinculada ao Campus Patos, sem prejuízo de eventual expansão futura, caso surjam situações análogas nas demais unidades.

2.7. O problema a ser resolvido consiste na insuficiência de recursos humanos especializados aptos a realizar acompanhamento assistencial individualizado e contínuo, indispensável à permanência, participação e êxito acadêmico dos estudantes com deficiência, bem como à garantia de condições laborais adequadas ao servidor com deficiência. As estruturas institucionais atualmente existentes, notadamente a Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI), possuem atribuições de natureza pedagógica, articuladora e institucional, não abrangendo a execução direta de atividades assistenciais individualizadas, o que evidencia lacuna operacional que compromete a efetividade da política de inclusão.

2.8. A real necessidade gerada por esse cenário é a implementação de solução estruturada que viabilize:

- (i) acompanhamento especializado permanente ou temporário aos estudantes com deficiência;
- (ii) apoio nas atividades acadêmicas, de locomoção, comunicação e interação social, conforme cada caso;
- (iii) garantia de acessibilidade material e humana no ambiente educacional; e
- (iv) suporte funcional a servidor com deficiência, assegurando-lhe condições adequadas de desempenho profissional.

2.9. O ordenamento jurídico impõe à Administração Pública o dever de adotar medidas concretas voltadas à promoção da inclusão e à eliminação de barreiras. A Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996 (LDB), o Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e demais normativos correlatos estabelecem a obrigatoriedade de assegurar recursos humanos e organizacionais que garantam igualdade material, acessibilidade, permanência e não discriminação no ambiente educacional e laboral.

2.10. Ademais, os serviços pretendidos não se inserem nas atribuições legais dos cargos efetivos integrantes do quadro de pessoal do IFPB, tampouco correspondem às competências típicas das carreiras existentes, razão pela qual sua execução por servidores configuraria desvio funcional e potencial comprometimento das atividades finalísticas. Trata-se de atividades materiais, instrumentais e complementares às competências institucionais, cuja terceirização encontra amparo no art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 9.507/2018.

2.11. A ausência ou insuficiência desses profissionais compromete diretamente:

- (i) a regularidade da política institucional de educação inclusiva;
- (ii) a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes com deficiência;
- (iii) a observância dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade material; e
- (iv) o cumprimento das obrigações legais impostas à instituição.

2.12. O que se almeja com a contratação é assegurar solução juridicamente adequada, técnica e operacionalmente estruturada, que garanta continuidade, qualidade e previsibilidade na prestação do

serviço de apoio especializado, permitindo ao Campus Patos e às demais unidade que compõem o arranjo institucional, consolidar política inclusiva efetiva, sustentável e alinhada às diretrizes institucionais do IFPB e às políticas públicas nacionais de educação inclusiva.

2.13. Dessa forma, a contratação revela-se medida indispensável à superação do problema identificado, configurando instrumento necessário à concretização do interesse público primário, ao fortalecimento da inclusão educacional no Sertão paraibano e ao cumprimento das obrigações constitucionais e legais impostas à Administração Pública, nos termos do art. 18, §2º, da Lei nº 14.133 /2021.

2.14. Considerando o escopo do presente Estudo Técnico Preliminar, bem como as informações e necessidades formalizadas pela unidade técnica requisitante, conclui-se pela realização de procedimento licitatório destinado à contratação de serviços contínuos de apoio especial ao educando, com dedicação exclusiva de mão de obra, voltados ao atendimento das demandas institucionais do Instituto Federal da Paraíba – IFPB. Para a adequada execução dos serviços contratados, está prevista a alocação de profissionais em postos de trabalho compatíveis com as atividades a serem desempenhadas, conforme os cargos especificados a seguir:

- a. Alfabetizador de Jovens e Adultos;
- b. Assistente Educacional Inclusivo;
- c. Cuidador;
- d. Psicopedagogo;
- e. Tradutor-Intérprete de Libras;
- f. Transcritor de sistema Braille;
- g. Audiodescritor.

2.15. Os empregados a serem alocados na execução dos serviços, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, deverão possuir as especificações e requisitos estabelecidos nos Quadros 1 a 7 abaixo:

**QUADRO 1 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência**

**Cargo: Alfabetizador de Jovens e Adultos**

Cargo	Alfabetizador de Jovens e Adultos
Código CBO	2312-05
Descrição Sumária	Ministram aulas (comunicação e expressão, integração social e iniciação às ciências) nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. preparam aulas; efetuam registros burocráticos e pedagógicos; participam na elaboração do projeto pedagógico; planejam o curso de acordo com as diretrizes educacionais. atuam em reuniões administrativas e pedagógicas; organizam eventos e atividades sociais, culturais e pedagógicas. para o desenvolvimento das atividades utilizam constantemente capacidades de comunicação.
	I. Realizar atividades auxiliares, acessórias e instrumentais de nível básico necessárias para a execução dos processos relacionados aos produtos e serviços das unidades dos órgãos e entidades, inclusive por meios eletrônicos;

#### Atribuições

- II. Avaliar as necessidades didático-pedagógicas dos estudantes com necessidades específicas e tomar decisões no âmbito do seu desenvolvimento, visando o desenvolvimento das múltiplas dimensões dos estudantes com necessidades específicas;
- III. Articular conhecimentos da Didática progressista à alfabetização de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou distúrbios da leitura e escrita;
- IV. Dominar conhecimentos de planejamento didático-metodológico para articulação de metodologias diferenciadas, lúdicas, animações, vídeoaulas, visando o desenvolvimento integral de estudantes com necessidades específicas, fomentando a interação com os diferentes estudantes no âmbito acadêmico;
- V. Desenvolver pesquisas e produção de material didático-pedagógico para colaborar com o processo de ensino-aprendizagem;
- VI. Contribuir para a orientação de docentes e equipes multiprofissionais, observando as particularidades das pessoas com deficiência, visando o desenvolvimento integral dos estudantes;
- VII. Elaborar relatórios dos acompanhamentos e intervenções realizadas, acerca do desempenho quantitativo e qualitativo dos estudantes atendidos, mensalmente;
- VIII. Procurar manter saudáveis as relações de trabalho internas e externas necessárias para o bom desempenho das atividades profissionais;
- IX. Participar de reuniões inerentes às atividades profissionais desempenhada;
- X. Promover a inclusão dos estudantes com necessidades específicas em salas de aulas do Ensino Médio Integrado, promovendo flexibilização do currículo, observando as necessidades de formação dos estudantes, buscando desenvolver alternativas às desenvolvidas em sala de aula;
- XI. Prestar apoio pedagógico especializado necessário ao acesso às propostas de integração curricular, que envolvem a formação profissional e média;
- XII. Elaborar atividades para serem desenvolvidas articuladas aos conhecimentos no âmbito da proposta curricular nas salas de aulas regulares;
- XIII. Orientar professores e equipes multiprofissionais no que se refere às particularidades dos estudantes com deficiência específica;
- XIV. Elaborar e aplicar oficinas/dinâmicas, recorrendo à diferentes fontes de informações;
- XV. Ressignificar a utilização de recursos pedagógicos, visando o aperfeiçoamento do processo de leitura e escrita dos estudantes com necessidades de potencialização cognitiva;
- XVI. Trocar experiências com docentes e equipes multiprofissionais para avançar no processo educativo;
- XVII. As atividades constantes deste serviço poderão ser desempenhadas em sala de aula, como também junto à Sala de Recursos Multifuncionais e outros espaços localizados nos Campi, nos horários em que houver atendimento aos estudantes, bem como o acompanhamento dos estudantes, se necessário em contra turno;
- XVIII. Participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional tradutor intérprete de Libras, bem como oferecer informações sobre os estudantes surdos que são acompanhados pelo serviço de intérprete de Libras, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos.

		<p>XIX. Ter atitude de respeito e compromisso com a cultura e os saberes dos estudantes com déficit de leitura e escrita;</p> <p>XX. Colaborar para a complementação do currículo, contribuindo para a acessibilidade à base aos conteúdos ministrados no curso;</p> <p>XXI. Proporcionar aos estudantes os saberes necessárias à leitura e escrita e a apropriação por meio de mecanismo desencadeador de conhecimentos que vão além do senso comum;</p> <p>XXII. Contribuir com o ato de ensinar e aprender e com o processo educativo em geral;</p> <p>XXIII. Utilizar novas tecnologias de informação e comunicação para avançar nos processos pedagógicos da leitura e escrita, despertando a curiosidade dos estudantes pelo processo educativo da instituição;</p> <p>XXIV. Avaliar e auto avaliar-se durante o processo educativo;</p> <p>XXV. Dominar métodos e técnicas de alfabetização e letramento de Jovens e Adultos;</p> <p>XXVI. Criar clima favorável ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes atendidos;</p> <p>XXVII. O registros de todas as ações deverão ser registrados pelo alfabetizador de jovens e adultos segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por este estabelecidos, devendo haver registros paralelos por estudante, onde constem data, hora, local e duração do atendimento, conteúdos trabalhados, finalidade, lista de presença e outras informações solicitadas pela CLAI etc.</p> <p>XXVIII. Realizar outras atividades de nível básico relacionadas à execução dos processos relacionados aos produtos e serviços das unidades</p>
<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Formação de Nível Superior em Pedagogia com competência desenvolvida através de formação profissional reconhecida, em cursos de formação inicial e continuada, promovida por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, com especialização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e experiência com o desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Experiência mínima 6 (seis) meses.
	<b>Conhecimento</b>	Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, e demais tecnologias assistivas atreladas ao bom desempenho de suas funções.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>

	<p>Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</p> <p>Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</p> <p>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;</p> <p>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</p> <p>Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;</p> <p>Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;</p> <p>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</p>
--	--

## QUADRO 2 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência

**Cargo:** Assistente Educacional Inclusivo

<b>Cargo</b>	Assistente Educacional Inclusivo
<b>Código CBO</b>	2392-20
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Promovem a educação de alunos com necessidades educativas específicas, ensinando-os a expressar-se, resolver problemas e as atividades da vida diária, desenvolver habilidades, atitudes e valores; desenvolvem atividades funcionais, avaliando as necessidades educacionais dos alunos; realizam atividades como: planejar, avaliar, elaborar materiais, pesquisar e divulgar conhecimentos da área. Seu trabalho envolve a adaptação do ambiente e das atividades, o apoio no desenvolvimento de habilidades técnicas e práticas, a mediação social e emocional, a promoção da autonomia e a colaboração constante com a equipe pedagógica. A abordagem personalizada e focada nas necessidades do aluno é essencial para garantir que ele tenha as melhores condições para aprender e se desenvolver dentro do curso, alcançando seu máximo potencial. O papel do assistente educacional inclusivo é muito dinâmico e adaptável, sempre focado no suporte ao aluno com TEA para que ele se sinta incluído, respeitado e capaz de alcançar seu potencial acadêmico e social. O profissional deve ser paciente, flexível e estar constantemente atualizado sobre novas abordagens e técnicas para trabalhar com esse público. O assistente educacional inclusivo deve trabalhar em estreita colaboração com professores, coordenadores de curso, CLAI, equipe pedagógica e psicólogos, garantindo que todos os aspectos da educação do aluno estejam sendo acompanhados de forma integrada.</p>
	<p>I. Facilitar a comunicação: o assistente educacional inclusivo ajuda a adaptar a comunicação para que o aluno compreenda as instruções, orientações e atividades propostas;</p> <p>II. Auxiliar na organização do ambiente escolar: ele pode orientar a organização do espaço de modo a tornar o ambiente mais confortável e acessível ao aluno com TEA, modificando o ambiente escolar, quando necessário, para reduzir estímulos excessivos ou distrações;</p> <p>III. Adaptar materiais didáticos: sugerir, planejar, junto ao professor regente, a adequação dos materiais pedagógicos conforme as necessidades do aluno, seja com mais recursos visuais, gráficos ou instruções mais simples e objetivas;</p>

## Atribuições

IV. Estimular interações sociais: incentivar a interação do aluno com seus colegas de classe, ajudando a estabelecer relações e a participar das atividades em grupo dentro de sala de aula, nos diferentes espaços do campus e em atividades externas;

V. Ensinar comportamentos sociais adequados: orientar o aluno sobre como reagir e se comportar em diferentes situações sociais, como por exemplo, pedir ajuda ou expressar suas emoções de maneira adequada;

VI. Prevenir comportamentos disruptivos: identificar sinais de sobrecarga sensorial, estresse ou ansiedade. O profissional deve ser capaz de reconhecer sinais de stress ou sobrecarga emocional no aluno, saber como intervir de maneira eficaz, evitando comportamentos disruptivos, agressivos ou crises de pânico. Isso inclui o uso de técnicas de autorregulação e intervenção de maneira adequada para evitar crises ou comportamentos agressivos;

VII. Redirecionar comportamentos: ajudar o aluno a lidar com desafios comportamentais, oferecendo alternativas mais apropriadas;

VIII. Utilizar estratégias de autorregulação: implementar estratégias para ajudar o aluno a controlar suas emoções e comportamentos, como o uso de técnicas de relaxamento;

IX. Promover a inclusão: trabalhar para garantir que o aluno com TEA participe de atividades escolares, adaptando a rotina escolar às suas necessidades específicas, quando necessário, e estimulando ao máximo o desenvolvimento de suas potencialidades;

X. Contribuir no desenvolvimento do aluno com TEA acompanhando o conteúdo das aulas e seguindo o Plano Educacional Individualizado construído para o aluno, considerando suas especificidades e os objetivos definidos pela equipe multidisciplinar;

XI. Atuar na sala de aula e nos espaços físicos do campus para viabilizar o acesso dos alunos com TEA aos conhecimentos e conteúdos curriculares por meio da adequação de atividades didático-pedagógicas e da disponibilização de recursos de acessibilidade referentes aos alunos que atender no período de trabalho, sob a orientação e supervisão do professor regente e do professor do atendimento educacional especializado;

XII. Auxiliar na organização das estratégias e dos recursos, a partir das necessidades específicas do aluno, para contribuir, junto à equipe multidisciplinar, na elaboração do Plano Educacional Individualizado, com base no planejamento do professor regente, em consonância ao referencial curricular previsto para o ano letivo do aluno sob a orientação e supervisão do professor regente e do professor do atendimento educacional especializado; XIII. Registrar o processo de desenvolvimento de aprendizagem do aluno, com anotações das intervenções e adequações didático-pedagógicas e os resultados alcançados, por meio de relatórios periódicos;

XIV. Na ausência de um profissional cuidador, auxiliar na higiene, alimentação e mobilidade do aluno no campus e em atividades externas;

XV. Participar dos encontros de formação continuada, palestras, fóruns, cursos e encontros oferecidos pela CLAI do campus e pela Coordenação de Acessibilidade e Inclusão (CAI);

XVI. Participar das reuniões dos conselhos escolares e planejamentos pedagógicos, quando solicitado pelo(a) coordenador(a) da CLAI, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação e oferecendo informações sobre os estudantes que são acompanhados pelo Assistente Educacional Inclusivo, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos;

XVII. Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.

<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Curso superior em uma das seguintes áreas: Educação, Psicologia, Educação Especial, Fonoaudiologia, Psicopedagogia, Terapia Ocupacional com cursos ou especializações na área de educação especial.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
	<b>Conhecimento</b>	Atendimento ao público, desenvoltura, iniciativa, boa dicção.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>
	<b>Atitudes</b>	<p>Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</p> <p>Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</p> <p>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;</p> <p>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</p> <p>Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;</p> <p>Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;</p> <p>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</p>

### QUADRO 3 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência

**Cargo:** Cuidador

<b>Cargo</b>	Cuidador
<b>Código CBO</b>	5162-10
	Cuidam de jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde,



<b>Descrição Sumária</b>	alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.
<b>Atribuições</b>	<p>I. Deve deslocar com segurança e adequadamente a pessoa com deficiência, a respeito dos cuidados que ele necessita de acordo com as necessidades precípuas, verificando acessos com barreiras arquitetônicas, registrando de imediato o local específico onde contém barreiras e solicitar providências à CLAI;</p> <p>II. Possuir conhecimento sobre cuidados básicos de atividades de vida diária e prática do cotidiano dos alunos atendidos (dar lanche aos que apresentam dificuldades motoras dos membros superiores, realizar a higiene bucal após a alimentação e nos casos de sialorréia e a higiene corporal/íntima e trocas de fraldas e de vestuário, se necessário);</p> <p>III. Ter conhecimento de quando uma situação requer outros cuidados fora aquele de seu alcance e do âmbito da instituição. O cuidador deve orientar a pessoa com deficiência sobre sua necessidade, avisando aos pais em caso de menor de idade, verificando os possíveis serviços disponíveis aos interessados nos Campi;</p> <p>IV. Buscar informações sobre a pessoa com deficiência e compreender indicações básicas contidas no registro escolar do aluno com referência às necessidades educacionais específicas, buscando conhecer melhor o estudante atendido;</p> <p>V. Manter sob seus cuidados e em seguranças dados básicos sobre contatos dos estudantes e seus responsáveis. O cuidador deve manter esses registros atualizados para melhor servir o estudante;</p> <p>VI. Saber abordar o aluno para os cuidados pessoais, bem como o auxiliá-lo para o uso do banheiro;</p> <p>VII. Conhecer sobre adequação postural para a pessoa com pouca ou nenhuma mobilidade e movimento corporal nos cuidados necessários, verificando quais as adaptações a serem feitas para o estudante antes, durante e após aulas e outros espaços comuns aos estudantes;</p> <p>VIII. Saber abordar os responsáveis pelo estudante, mantendo contínua comunicação entre os pais e o IFPB, transmitindo confiança, respeito e responsabilidade em relação ao estudante e ao seu serviço;</p> <p>IX. Ter atitudes favoráveis à quebra de barreiras atitudinais. O cuidador deve intervir quando identificar atitudes que atentem contra o direito da pessoa com deficiência, comunicando ao responsável/fiscal todas as informações sobre esse tipo de ocorrência;</p> <p>X. Acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma;</p> <p>XI. Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola; Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada;</p> <p>XII. Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene; Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares; XIII. Auxiliar na locomoção e atividades físicas, tais como: andar, tomar sol e exercícios físicos; Estimular atividades de lazer e ocupacionais;</p> <p>XIV. Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa (na cama, cadeira ou piscina) e massagens de conforto;</p> <p>XV. Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas;</p> <p>XVI. Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola; Administrar medicações, conforme a prescrição e orientação da equipe de saúde;</p>

		<p>XVII. Comunicar à equipe de saúde, professores, coordenador do curso e familiares sobre mudanças no estado de saúde da pessoa cuidada;</p> <p>XVIII. Deve identificar situações que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;</p> <p>XIX. Realizar registros das ações desenvolvidas diariamente e apresentar relatórios mensais segundo as normas da CLAI. O registros de todas as ações deverão ser registrados pelo cuidador segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por este estabelecidos;</p> <p>XX. Reservar momentos de estudos específicos para pesquisa na área do profissional, do público atendido, das deficiências, que visem ao melhor atendimento específico de determinados estudantes com deficiência;</p> <p>XXI. Deverá acompanhar os estudantes que necessitem de seus cuidados em atividades externas, inclusive visitas técnicas, estágios curriculares obrigatórios e trabalhos de campo, desde que estejam vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem;</p> <p>XXII. Participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional cuidador, bem como oferecer informações sobre os estudantes que são acompanhados pelo serviço de cuidador, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos;</p> <p>XXIII. Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.</p>
<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Ensino Médio Completo + Curso Técnico Equivalente.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
	<b>Conhecimento</b>	Atendimento ao público em geral, desenvoltura, iniciativa, boa dicção.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>
		<p>Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</p> <p>Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</p>

	<p><b>Atitudes</b></p> <p>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;</p> <p>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</p> <p>Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;</p> <p>Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;</p> <p>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</p>
--	--

#### QUADRO 4 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência

**Cargo:** Psicopedagogo Educacional/Institucional

<b>Cargo</b>	Psicopedagogo Educacional/Institucional
<b>Código CBO</b>	2394-25
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância; participam da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.</p>
	<p>I. Respeitar o Código de Ética profissional;</p> <p>II. Contribuir para a excelência da gestão dos processos pedagógicos da instituição no âmbito do atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades especiais;</p> <p>III. Diagnosticar as necessidades dos estudantes com necessidades específicas, buscando supri-las na sua integralidade;</p> <p>IV. Pesquisar recursos psicopedagógicos para facilitar o processo educativo de estudantes com necessidades específicas, apoiando e suplementando os serviços educacionais da instituição;</p> <p>V. Colaborar com a atualização dos docentes, visando atender às demandas dos estudantes com necessidades específicas, nos conhecimentos pertinentes ao seu bom desempenho; Prestar assessoria aos estudantes com necessidades especiais do IFPB;</p> <p>VI. Atuar como articulador entre os estudantes, a família e as equipes multiprofissionais do IFPB;</p> <p>VII. Manter sigilo das informações que porventura venha a tomar conhecimento;</p> <p>VIII. Atuar no fomento à acessibilidade aos serviços e às atividades - fim da instituição;</p>

<b>Atribuições</b>		<p>IX. Trabalhar junto com equipes multiprofissionais e de docentes para criar estratégias para o desenvolvimento do processo educativo dos estudantes com necessidades específicas;</p> <p>X. Colaborar com a elaboração de avaliação diferenciada em articulação com docentes e equipe multiprofissional para atender aos estudantes com déficit cognitivo, objetivando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;</p> <p>XI. As atividades constantes deste serviço poderão ser desempenhadas em sala de aula, como também junto à Sala de Recursos Multifuncionais e outros espaços localizados nos Campi, nos horários em que houver atendimento aos estudantes, bem como o acompanhamento dos estudantes, se necessário em contra turno;</p> <p>XII. Colaborar com a adaptação de recursos didático-pedagógicos (avaliações, exercícios, textos, etc.), visando o desenvolvimento das múltiplas dimensões dos estudantes atendidos;</p> <p>XIII. Participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional tradutor intérprete de Libras, bem como oferecer informações sobre os estudantes surdos que são acompanhados pelo serviço de intérprete de Libras, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos. Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.</p>
<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Formação de Nível Superior em Psicopedagogia com competência desenvolvida através de formação profissional reconhecida, em cursos de formação inicial e continuada, promovida por instituições de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, para atuação no Ensino Médio ou na Educação Superior.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
	<b>Conhecimento</b>	Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, e demais tecnologias assistivas atreladas ao bom desempenho de suas funções.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>
		Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;

	<b>Atitudes</b>	<p>Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</p> <p>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;</p> <p>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</p> <p>Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;</p> <p>Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;</p> <p>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</p>
--	-----------------	--

#### QUADRO 5 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência

**Cargo:** Tradutor-Intérprete de Libras

<b>Cargo</b>	Tradutor-Intérprete de Libras
<b>Código CBO</b>	2614-25
<b>Descrição Sumária</b>	<p>Traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, no par linguístico Libras - português, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos.</p>
	<p>I. Ler textos e documentos; compreender textos e documentos; decodificar textos e documentos; formatar textos e documentos; revisar textos e documentos; cotejar textos e documentos; consultar especialistas; comparar tradução com original; organizar em livros as cópias das traduções; traduzir em juízo e repartições públicas; descrever conteúdo dos textos e documentos; descrever legibilidade do texto; expedir cópias e certidões; selecionar textos para tradução; trabalhar com textos antigos; aplicar técnicas de tradução; traduzir para legendas; traduzir para dublagem. gravar conteúdos adaptando-os para a libras.</p> <p>II. Interpretar discurso simultaneamente; interpretar consecutivamente o discurso; trabalhar em registros linguísticos diversos; captar o discurso (ver, ouvir e/ou sentir); compreender discursos; decodificar novas expressões linguísticas; cunhar novos termos; transcrever gravações no par linguístico Libras - português; aplicar técnicas de interpretação; construir novos termos da língua de sinais; interpretar em juízo e repartições públicas; descrever o ambiente; interpretar sons do ambiente; confeccionar, solicitar e orientar a utilização de recursos didáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>III. Realizar crítica textual; realizar crítica histórico-literária; realizar estudos sobre a história das línguas; comparar línguas; preparar edições críticas; verificar fidedignidade dos textos; interpretar a obra no seu contexto; inventariar textos existentes; promover divulgação das obras clássicas; abordar textos sob o ponto de vista da pancronia; descrever estrutura interna das línguas; descrever o tipo de material do documento; interpretar manuscritos; realizar crítica autoral; realizar crítica genética; realizar estudos de usos linguísticos.</p> <p>IV. Pesquisar fontes; consultar dicionários, outras fontes escritas e orais e meios eletrônicos; explicitar novas terminologias; comparar textos de épocas diferentes;</p>

estudar área diversa para embasamento teórico; pesquisar etimologias; fazer levantamento bibliográfico; pesquisar estrutura das línguas; estudar temas específicos da interpretação/tradução; pesquisar, obter e aproveitar os recursos disponíveis, dado que as atividades em sala de aula são as mais diversas possíveis; fazer bom uso do diferentes materiais utilizados em sala de aula como página específica do texto, apostilas ou livro didático; de materiais expostos para todos os alunos como mapas, gráficos, slides, vídeo ou apresentações; o intérprete deve fazer um bom uso desses materiais, pesquisando imagens, animações e esquemas que contribuam com o processo ensino-aprendizagem; termos novos devem ser devidamente registrados e apresentados para a montagem de dicionário específico de Libras;

V. Contatar alunos; acompanhar alunos; avaliar necessidades dos alunos; atender necessidades dos alunos e departamentos dos Campi do IFPB; verificar adequação do ambiente (instalações, equipamentos e iluminação); orientar interlocutores; ministrar cursos de formação no âmbito do IFPB; divulgar conhecimentos da área; adequar sistema de comunicação aos alunos; coordenar equipes de trabalho;

VI. Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades fins da instituição: secretaria, informática, reprografia, biblioteca, seminários, reuniões, dentre outros e demais necessidades de caráter comunicativo da pessoa surda;

VII. Realizar registros das ações desenvolvidas diariamente e apresentar relatórios mensais segundo as normas da CLAI, além de acolher as demandas da comunidade do IFPB que procurem a CLAI/Coordenação de Apoio Estudantil e fazer os devidos encaminhamentos. O acolhimento das demandas da comunidade do IFPB deverão ser registrados pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos;

VIII. Orientar os professores sobre os mecanismos de avaliação coerentes com o uso da primeira língua (LIBRAS) do aluno surdo, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística a ser refletida ao aspecto formal de Língua Portuguesa;

IX. No âmbito dos Campi, participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional tradutor intérprete de Libras, bem como oferecer informações sobre os estudantes surdos que são acompanhados pelo serviço de intérprete de Libras, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos;

#### **Atribuições**

X. O profissional da CONTRATADA deverá registrar qualquer solicitação feita por pessoa que não compõe a equipe da CLAI no que se refere à questionamentos em relação ao processo de trabalho dos serviços prestados pela CLAI, solicitação de profissionais para atividades em outros locais fora do Campus, dentre outras informações de competência exclusiva da Coordenação da CLAI. Ao profissional é vedado informar ou direcionar questões fora do campo de atuação do profissional. Este deve orientar ao solicitante para entrar em contato com a coordenação da CLAI;

XI. Motivar a interação entre alunos surdos e ouvintes. O intérprete deve planejar ações que favoreçam não somente a proximidade física, mas também a interação do estudante surdo, promovendo a interação social entre alunos ouvintes e surdos. O intérprete tem um papel fundamental ao estabelecer o elo entre os estudantes surdos e ouvintes, em atividades em grupo de tarefas conjuntas, interpretando conversas paralelas, promovendo o insumo para interações sobre outros assuntos além dos temas da aula. Desta forma, a sua atividade não deve ser apenas de interpretar o discurso do professor (explicações e orientações), mas também de promover a interação;

XII. Ser modelo linguístico para aquisição da linguagem (língua de sinais e da língua portuguesa - seja oral ou escrita). O intérprete deve saber que esse papel de modelo linguístico permeia toda a ação do intérprete educacional, de alguém que, de certa forma, ensina a língua de sinais para o estudante surdo. O intérprete deve estar

atento ao fato de que os estudantes conversam, negociam significados e usam intensamente a linguagem para fim educacional o que propicia uma aquisição de linguagem contextualizada (apropriada);

XIII. Desenvolver um papel de tutoria nas aulas, contribuindo com o aluno surdo na execução das tarefas que compõem as aulas. Auxiliar o professor, especificamente com o aluno surdo, vendo as questões dos alunos e ajudá-los com atividades de aprendizagem, conforme for apropriado, impactando positivamente no processo ensino-aprendizagem. Para isto, um tempo específico deve ser destinado para esta atividade, que deve ser realizada em contraturno. O intérprete deve solicitar ao professor material para estudo de aulas futuras, visando a apropriação do conteúdo a ser interpretado;

XIV. Ajudar o aluno surdo a tomar notas (registros) de informações que precisam ser anotadas na dinâmica da aula, como: orientações do professor, atividade que requer completar uma planilha escrita, na correção de respostas escritas, instruções para atividade individualmente ou em grupos para que estas anotações sirvam como material de estudo; Produzir materiais para as aulas relacionados aos conteúdos curriculares que sirvam para as aulas e para o estudo do aluno surdo. O intérprete deve procurar parceria com o professor, a fim de planejar e orientar o docente para possíveis modificações e adaptações em materiais para o aluno surdo;

XV. Informar continuamente sobre o desenvolvimento do aluno surdo, contribuindo com o acompanhamento da aprendizagem do aluno surdo por meio de informações sobre o aluno para a equipe pedagógica, ou seja, sobre seu progresso, dado que o intérprete é a pessoa que mais interage com o aluno, sendo capaz de compartilhar mais facilmente informações sobre o processo de aprendizagem;

XVI. Contribuir com a autoconfiança e independência do aluno surdo, desempenhando um papel significativo na capacitação do aluno para sua autodefesa e autoconfiança. O intérprete deve incentivar o aluno a ter um papel mais ativo na determinação de suas necessidades. O intérprete deve evitar informações e ações que criem, direta ou indiretamente, dependência que desestimulem sua autonomia, autodefesa e autoconfiança, em relação ao profissional intérprete;

XVII. Quando o intérprete contratado não estiver em sala de aula, deverá destinar horários para o atendimento às demandas, relacionadas aos estudantes surdos, em sua carga horária de trabalho, conforme solicitado pela Instituição a que presta serviço. Em caso de doença ou falta justificada, deverá estar previsto no quadro de intérpretes da CONTRATADA, profissional de mesmo nível e qualidade para suprir imediatamente possíveis eventualidades;

XVIII. Deverá acompanhar os estudantes que necessitem de seus serviços em atividades externas, inclusive visitas técnicas, estágios curriculares obrigatórios e trabalhos de campo, desde que estejam vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem;

XIX. Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.

	<b>Jornada de Trabalho</b>	30 (trinta) horas semanais**
	<b>Grau de Instrução</b>	Formação de Nível Superior com qualificação técnica comprovada, com competência para realizar a interpretação das duas línguas (Português – LIBRAS) de maneira simultânea e consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e da Língua Portuguesa, através de formação profissional reconhecida pelo Sistema que os credenciou, cursos de extensão universitária ou cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação, para atuação em instituições de ensino médio ou de educação superior.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
		Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores

<b>Requisitos</b>	<b>Conhecimento</b>	de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, e demais tecnologias assistivas atreladas ao bom desempenho de suas funções.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>
	<b>Atitudes</b>	<p>Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;</p> <p>Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;</p> <p>Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;</p> <p>Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;</p> <p>Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;</p> <p>Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;</p> <p>Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.</p>

\*\* Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023.

**QUADRO 6 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência**  
**Cargo: Transcritor de Sistema Braille**

<b>Cargo</b>	Transcritor de Sistema Braille
<b>Código CBO</b>	2392-25
<b>Descrição Sumária</b>	Reproduzem, em caracteres do alfabeto Braille, conteúdos de textos originalmente impressos no sistema comum de escrita ou vice-versa seguindo as normas técnicas para a produção de textos em Braille, seguindo rigorosamente as técnicas especializadas de leitura para pessoas com deficiência; Executam outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, ministrando curso de Sistema Braille, auxiliando educandos com deficiência visual no sistema de ensino.
	I. Esse profissional tem como função precípua fazer a Transcrição e editoração eletrônica (formatação) de textos, gráficos, tabelas e diagramas da escrita convencional para a grafia Braille, para fins educacionais, além de: Ler atentamente as informações da ordem de serviço para conhecer os parâmetros da publicação; conferir os originais; organizar originais e provas; transcrever textos, gráficos, tabelas e diagramas da escrita convencional para a grafia Braille;



## Atribuições

II. Executar editoração eletrônica (formatação) de textos e ilustrações para impressão no sistema Braille;

III. Executar digitalização de textos e ilustrações para transcrição da escrita convencional para a grafia Braille; operar microcomputadores e seus respectivos softwares e hardwares para adequação dos textos para as normas técnicas de impressão em Braille; utilizar-se de impressoras para ampliação de fontes para estudantes de baixa-visão e estudantes monolares;

IV. Operar impressoras Braille e imprimir provas e outros materiais, bem como realizar a revisão desses documentos;

V. Zelar pela qualidade e eficiência dos serviços a serem executados, observando os prazos estabelecidos nas ordens de serviço;

VI. Quando houver; executar outras tarefas correlatas, contribuindo para a perfeita gestão acadêmica;

VII. Realizar registros das ações desenvolvidas diariamente e apresentar relatórios mensais segundo as normas da CLAI, além de acolher as demandas da comunidade do IFPB que procurem a CLAI e fazer os devidos encaminhamentos. O acolhimento das demandas da comunidade do IFPB deverá ser registrado pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos;

VIII. Orientar os professores sobre os mecanismos de avaliação coerentes com o uso do Sistema Braille do aluno cego, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística a ser refletida ao aspecto formal de Língua Portuguesa;

IX. Participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborar com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional tradutor de Braille, bem como oferecer informações sobre os estudantes cegos que são acompanhados pelo serviço de transcrição do Sistema Braille. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos; Desenvolver um papel de tutoria na Sala de Recursos Multifuncionais da CLAI, contribuindo com o aluno cego na execução das tarefas que compõem as aulas;

X. Produzir materiais para as aulas relacionados aos conteúdos curriculares que sirvam para as aulas e para o estudo do aluno cego. O transcritor do Sistema Braille deve dispor-se com o professor, a fim de planejar e orientar o docente para possíveis modificações e adaptações em materiais para o aluno cego;

XI. Contribuir com a autoconfiança e independência do aluno cego, desempenhando um papel significativo na capacitação do aluno para sua autodefesa e autoconfiança;

XII. Pesquisar, obter e aproveitar os recursos disponíveis. O tradutor deve pesquisar sobre tecnologias da informática, estudando e testando novos programas para acessibilidade visual, procurando incentivar a utilização desses recursos pelos estudantes cegos e de baixa-audição;

XIII. Fazer bom uso dos diferentes materiais e recursos a serem utilizados em sala de aula, adaptando os materiais como mapas, gráficos, slides, vídeo ou apresentações para materiais acessíveis em vários formatos, inclusive áudio. O transcritor precisa pesquisar os materiais para confecção que promovam acesso às comunicações que sejam feitas por imagens, animações e esquemas, a fim de contribuir com o processo ensino aprendizagem;

XIV. Deverá acompanhar os estudantes que necessitem de seus serviços em atividades externas, inclusive visitas técnicas, estágios curriculares obrigatórios e trabalhos de campo, desde que estejam vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem;

XV. Participar das reuniões dos conselhos escolares, planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação, levando a comunidade a conhecer o profissional tradutor intérprete de Libras, bem como oferecer

		informações sobre os estudantes surdos que são acompanhados pelo serviço de intérprete de Libras, favorecendo a aproximação do mesmo com a equipe docente, equipe pedagógica e outros atores envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos. Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.
<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Ensino Médio Completo + Curso de Informática com, no mínimo, 120h + Curso de Braille com no mínimo 80h
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
	<b>Conhecimento</b>	Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, e demais tecnologias assistivas atreladas ao bom desempenho de suas funções.
	<b>Habilidade</b>	Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;  Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;  Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;  Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;  Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
	<b>Atitudes</b>	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;  Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;  Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;  Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;  Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;  Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;  Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

**QUADRO 7 - Serviços de Assistência e Apoio à Pessoa com Deficiência**  
**Cargo: Audiodescritor**

Cargo	Audiodescritor
Código CBO	2614-30
Descrição Sumária	<p>Elaboram e narram descrições objetivas e detalhadas de elementos visuais, como cenas, expressões, gestos, figurinos, ambientes e outras informações relevantes, para torná-los acessíveis a pessoas com deficiência visual. Seu trabalho pode abranger áreas como educação, teatro, cinema, televisão, eventos, exposições e materiais educativos. A função exige domínio da linguagem clara e concisa, sensibilidade para interpretar imagens e compromisso com a acessibilidade e inclusão.</p>
Atribuições	<p>I. Realizar leituras para estudantes com déficit cognitivo, que estão no Ensino Médio e não têm o domínio da leitura e escrita;</p> <p>II. Acompanhar regularmente os estudantes durante o desenvolvimento das atividades escolares que envolvam leitura, interpretação e escrita;</p> <p>III. Auxiliar estudantes com déficit na leitura e escrita nas atividades regulares escolares que envolvam tais habilidades;</p> <p>IV. Estimular leituras, explicações, ajuda em pesquisas, outras atividades relacionadas ao processo educativo escolar;</p> <p>V. Participar das reuniões dos conselhos escolares e planejamentos pedagógicos, colaborando com os profissionais envolvidos com a educação. Todas as participações deverão ser registradas pelos prestadores de serviços da CONTRATADA segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por esta estabelecidos. Ter conhecimento sobre disciplinas do EnsinoMédio, para explicar e tirar possíveis dúvidas dos estudantes com déficit em leitura e escrita;</p> <p>VI. Ter domínio das técnicas de leitura como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa dicção;</li> <li>• Entoação, regularidade da altura da voz, a depender do ambiente;</li> <li>• Ritmo;</li> <li>• Recursos gráficos para compreensão dos textos;</li> <li>• Rodapé;</li> <li>• Adequação da velocidade da leitura ao contexto;</li> <li>• Descrever/interpretar mapas, gráficos, imagens, etc;</li> <li>• Dar ênfase e variações de vozes de acordo com a necessidades dos estudantes em atendimentos;</li> </ul> <p>VII. Transcrever conteúdos/conhecimentos a partir de textos, redação, revistas; Adaptar recursos didático-pedagógicos (provas, exercícios, textos, etc);</p> <p>VIII. Comprometer-se com dedicação para a colaboração com processo de ensino e aprendizagem dos estudantes atendidos no âmbito institucional;</p> <p>IX. Colaborar com o processo de desenvolvimento das múltiplas dimensões dos estudantes com déficit de leitura e escrita;</p> <p>X. Disposição para ler e reler textos de acordo com as necessidades dos estudantes atendidos;</p> <p>XI. Realizar leituras de textos heterogêneos para estudantes que encontrem algum tipo de distúrbio na leitura e escrita;</p>

		<p>XII. Ter disponibilidade para repetição de leitura de textos e questões de acordo com a necessidade dos estudantes em atendimento;</p> <p>XIII. Fomentar o processo de leitura e escrita dos estudantes em atendimento; Ter atitude positiva para potencializar a realização do processo educativo;</p> <p>XIV. Estabelecer vínculo de respeito e diálogo com os estudantes que necessitem de tal serviço;</p> <p>XV. Prover aos estudantes todos os instrumentos e meios para a promoção do bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem;</p> <p>XVI. Tornar compreensível o sentido do que está sendo lido e escrito por parte às atividades constantes deste serviço poderão ser desempenhadas em sala de aula, como também junto à Sala de Recursos Multifuncionais e outros espaços localizados nos Campi, nos horários em que houver atendimento aos estudantes, bem como o acompanhamento dos estudantes, se necessário em contra turno;</p> <p>XVII. Dos estudantes com distúrbios na leitura e escrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deverá acompanhar os estudantes que necessitem de seus serviços em atividades externas, inclusive visitas técnicas, estágios curriculares obrigatórios e trabalhos de campo, desde que estejam vinculadas ao processo de ensino-aprendizagem.</li> <li>• Os registros de todas as ações deverão ser registrados pelo leitor segundo as normas da CLAI, na forma e nos prazos por este estabelecidos, devendo haver registros paralelos por estudante, onde constem data, hora, local e duração do atendimento, conteúdos trabalhados, finalidade, lista de presença e outras informações solicitadas pela CLAI etc.</li> </ul> <p>Executar outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.</p>
<b>Requisitos</b>	<b>Jornada de Trabalho</b>	44 (quarenta e quatro) horas semanais
	<b>Grau de Instrução</b>	Formação de Nível Superior com competência desenvolvida através de formação profissional reconhecida, em cursos de formação inicial e continuada, promovida por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, com especialização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e experiência com estudantes com deficiência cognitiva e ou distúrbios de leitura e escrita.
	<b>Exigência Legal</b>	-
	<b>Experiência</b>	Mínima 6 (seis) meses
	<b>Conhecimento</b>	Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos e apresentações, planilhas eletrônicas, e demais tecnologias assistivas atreladas ao bom desempenho de suas funções.
	<b>Habilidade</b>	<p>Comunicação – capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade;</p> <p>Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento;</p> <p>Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;</p> <p>Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas;</p> <p>Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.</p>

	<b>Atitudes</b>	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público;
		Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo;
		Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações;
		Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes;
		Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;
		Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;
		Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

2.16. Diante do conjunto de fatores expostos, resta evidenciada a necessidade objetiva e concreta da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de assistência e apoio a pessoas com deficiência, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, como solução adequada, proporcional e juridicamente amparada para suprir lacunas operacionais relacionadas ao atendimento educacional inclusivo e à garantia de acessibilidade no âmbito das unidades integrantes do arranjo regional do Sertão paraibano, com especificidade quanto ao suporte funcional a servidor com deficiência no Campus Patos.

2.17. A contratação proposta enquadra-se como execução indireta de atividades materiais, instrumentais, acessórias ou complementares às competências legais do órgão, não abrangidas pelas atribuições típicas dos cargos efetivos do quadro de pessoal do IFPB, em conformidade com o art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 9.507/2018.

2.18. Revela-se, portanto, medida indispensável para assegurar a permanência, participação e êxito acadêmico dos estudantes com deficiência, garantir condições adequadas de exercício funcional ao servidor com deficiência, mitigar riscos de descontinuidade das ações inclusivas e fortalecer a política institucional de acessibilidade e inclusão, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência, igualdade material e dignidade da pessoa humana.

2.19. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão	Amanda Tamires dos Santos Silva
Diretoria Geral - Campus Patos	José Ronaldo de Lima
Diretoria Geral - Campus Santa Luzia	Jerônimo Andrade da Nóbrega
Diretoria Geral - Campus Princesa Isabel	Jordânia de Lucena Cordeiro Accyole
Diretoria Geral - Campus Itaporanga	Ridelson Farias de Sousa
Diretoria Geral - Campus Cajazeiras	Abinadabe Silva Andrade

## **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:**

4.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados, com formação, habilidades, competências e experiência compatíveis com as atribuições dos respectivos postos de trabalho, observando, no mínimo, os perfis ocupacionais definidos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, bem como as disposições das Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, regular e ininterrupta, mediante a adoção de técnicas, métodos, procedimentos operacionais e rotinas adequadas à natureza das atividades, em estrita observância às normas técnicas vigentes, às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, às normas de saúde e segurança do trabalho, às boas práticas administrativas e às orientações da fiscalização do contrato.

4.1.3. A execução dos serviços ocorrerá em dias e horários definidos de acordo com a conveniência administrativa do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, respeitados os limites estabelecidos na legislação trabalhista, na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e nas disposições contratuais, de modo a assegurar a adequada cobertura das demandas institucionais.

4.1.4. Os horários de prestação dos serviços poderão ser ajustados ou alterados, sempre que necessário, para atendimento às necessidades operacionais do IFPB, desde que observados os intervalos intrajornada e interjornada legalmente previstos e que não haja acréscimo indevido à jornada de trabalho contratada, nem prejuízo aos direitos trabalhistas dos empregados alocados.

4.1.5. Além do atendimento aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como da qualificação econômico-financeira exigidas para a contratação com a Administração Pública Federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar qualificação técnica compatível com o objeto, demonstrando capacidade operacional para executar serviços contínuos de assistência e apoio às pessoas com deficiência, com dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com os critérios a serem definidos no instrumento convocatório.

4.1.6. A Contratada deverá manter estrutura administrativa e operacional compatível com a execução do contrato, incluindo supervisão técnica e administrativa dos serviços, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a adequada interlocução com a Administração.

4.1.7. Deverá ser assegurada a substituição imediata de profissionais ausentes, afastados ou considerados inadequados pela fiscalização, de forma a não comprometer a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

4.1.8. A Contratada deverá promover o treinamento inicial e, quando necessário, a capacitação continuada dos profissionais alocados, visando ao adequado desempenho das atividades, ao cumprimento das normas internas do Contratante e à observância das normas de saúde, segurança e conduta institucional.

4.1.9. A execução dos serviços deverá observar, rigorosamente, a vedação à transferência à Contratada de atos administrativos decisórios, de gestão pública ou de competências típicas de Estado, restringindo-se às atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507/2018.

4.1.10. A Contratada será integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e securitárias relativas aos empregados alocados na execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre tais profissionais e o Contratante.

4.1.11. A empresa deverá observar as normas relativas à proteção de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução dos serviços, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável.

4.1.12. Os serviços deverão ser prestados com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, bem como às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, sempre que compatíveis com o objeto contratado.

4.1.13. São requisitos de qualificação técnica:

4.1.13.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 3 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.1.13.2. O licitante deverá comprovar que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

4.1.13.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.13.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

4.1.13.5. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5 /2017;

4.1.13.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

4.1.13.7. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017.

4.1.13.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

4.1.14. Da justificativa acerca da natureza comum do serviço:

4.1.14.1. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, mediante especificações usuais de mercado.

4.1.14.2. No caso em exame, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência, a serem executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, enquadra-se nessa categoria, uma vez que as atividades a serem desempenhadas apresentam características padronizadas, amplamente difundidas no mercado e passíveis de especificação objetiva, permitindo a definição clara dos requisitos de qualificação profissional, jornada de trabalho, atribuições funcionais e indicadores de desempenho.

4.1.14.3. Adicionalmente, a presente contratação encontra fundamento no dever institucional de promoção da acessibilidade e da inclusão educacional, previsto na Constituição Federal, na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelecem a obrigação das instituições públicas de ensino de assegurar condições de igualdade e autonomia às pessoas com deficiência.

4.1.14.4. A caracterização dos serviços como de natureza comum decorre das seguintes características técnicas e mercadológicas:

(i) Padronização das atividades executadas: Os serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência consistem em atividades operacionais de suporte à mobilidade, locomoção, comunicação, acompanhamento e apoio em atividades acadêmicas e institucionais, desempenhadas conforme rotinas previamente definidas pela Administração. Tais atividades são amplamente conhecidas e executadas por empresas especializadas no mercado de terceirização de serviços continuados.

(ii) Definição objetiva das especificações técnicas: As atribuições funcionais dos profissionais, os requisitos mínimos de qualificação, as jornadas de trabalho, os locais de execução e os padrões de qualidade podem ser claramente definidos no Termo de Referência, permitindo a adequada delimitação do objeto contratual e a avaliação objetiva do desempenho da contratada.

(iii) Métodos operacionais consolidados no mercado: A execução desses serviços observa práticas operacionais consolidadas, envolvendo procedimentos de atendimento assistido, apoio à acessibilidade e acompanhamento funcional de pessoas com deficiência, os quais são amplamente adotados por empresas que atuam na prestação de serviços terceirizados para instituições públicas e privadas.

(iv) Ampla disponibilidade de fornecedores especializados: Verifica-se a existência de número significativo de empresas aptas à prestação desses serviços no mercado nacional, o que evidencia a competitividade do setor e assegura a viabilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

(v) Contratação recorrente pela Administração Pública: A prestação de serviços de apoio à acessibilidade e assistência a pessoas com deficiência tem sido objeto de contratações regulares por diversos órgãos e entidades públicas, especialmente no âmbito de instituições de ensino, demonstrando tratar-se de serviço amplamente difundido e consolidado.



(vi) Comparabilidade objetiva entre propostas: A padronização das funções e dos requisitos técnicos permite a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes, possibilitando a adoção de critérios de julgamento baseados em parâmetros claros de preço e qualificação técnica.

(vii) Possibilidade de controle e avaliação de desempenho: A natureza operacional e mensurável das atividades permite à Administração estabelecer instrumentos de controle e avaliação da qualidade dos serviços prestados, por meio de indicadores de desempenho, níveis de serviço e mecanismos de fiscalização contratual.

(viii) Adequação às necessidades institucionais de acessibilidade: Embora possuam natureza padronizada, os serviços admitem adequações operacionais destinadas a atender às especificidades das unidades do Instituto Federal da Paraíba e às demandas dos estudantes e servidores com deficiência, sem descaracterizar a natureza comum da contratação.

4.1.14.3. Diante do exposto, verifica-se que os serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência apresentam características típicas de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, com base em especificações usuais de mercado.

4.1.14.4. A contratação, portanto, revela-se tecnicamente viável e juridicamente adequada à realização por meio de procedimento licitatório competitivo, assegurando a observância dos princípios da eficiência, da economicidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ao mesmo tempo em que contribui para a efetiva promoção da acessibilidade e da inclusão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

#### 4.1.15. Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.15.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas devem observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, devendo a Administração Pública considerar, sempre que possível, critérios e práticas voltados à sustentabilidade ambiental, social e econômica na definição das soluções a serem contratadas;

4.1.15.2. Nesse contexto, a denominada licitação sustentável consiste no procedimento administrativo destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também impactos sociais, ambientais e institucionais decorrentes da execução contratual.

4.1.15.3. No caso da presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência, a sustentabilidade assume especial relevância na dimensão social, em razão da natureza inclusiva do serviço e de sua contribuição para a promoção da acessibilidade e da igualdade de oportunidades no ambiente educacional.

4.1.15.4. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado nas contratações públicas compreende, de forma integrada, diferentes dimensões, dentre as quais se destacam:

##### 4.1.15.4.1. Dimensão social:

4.1.15.4.1.1. A dimensão social da sustentabilidade relaciona-se à promoção do bem-estar coletivo, à valorização do trabalho digno e à efetivação de direitos

fundamentais, especialmente aqueles relacionados à educação, à inclusão social e à acessibilidade.

4.1.15.4.1.2. No âmbito desta contratação, tal dimensão se materializa por meio da garantia de condições adequadas para o atendimento e acompanhamento de pessoas com deficiência, contribuindo para a efetiva inclusão acadêmica e institucional no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

4.1.15.4.1.3. Adicionalmente, deverão ser observadas todas as normas trabalhistas aplicáveis, assegurando-se o respeito aos direitos dos trabalhadores envolvidos na execução contratual, especialmente no que se refere à remuneração, jornada de trabalho, segurança e saúde no trabalho.

#### 4.1.15.4.2. Dimensão econômica

4.1.15.4.2.1. A dimensão econômica da sustentabilidade refere-se à utilização racional e eficiente dos recursos públicos, mediante a adoção de soluções que promovam a relação mais vantajosa entre custo e benefício ao longo da execução contratual.

4.1.15.4.2.2. Nesse sentido, a contratação deverá observar critérios que assegurem eficiência na alocação de recursos, qualidade na prestação dos serviços e continuidade do atendimento às necessidades institucionais relacionadas à acessibilidade e ao apoio às pessoas com deficiência.

#### 4.1.15.4.3. Dimensão ambiental

4.1.15.4.3.1. Ainda que o objeto da contratação possua natureza predominantemente operacional e de caráter social, a execução contratual deverá observar práticas voltadas à redução de impactos ambientais, especialmente no que se refere ao uso responsável de recursos naturais e à adequada gestão de resíduos eventualmente gerados no ambiente de trabalho.

4.1.15.4.4. Desta forma, constituem diretrizes de sustentabilidade desta solução a ser observada pela Contratada, entre outras:

(i) Promoção da inclusão e da acessibilidade: Adotar práticas que contribuam para a promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência no ambiente institucional, assegurando atendimento adequado, respeitoso e compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade de oportunidades.

(ii) Valorização do trabalho e respeito às normas trabalhistas: Garantir o cumprimento integral da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho, assegurando condições dignas de trabalho aos profissionais alocados na execução contratual.

(iii) Capacitação e qualificação dos profissionais: Promover a adequada capacitação dos colaboradores envolvidos na execução dos serviços, especialmente no que se refere às práticas de atendimento inclusivo, relacionamento interpessoal, ética profissional e boas práticas institucionais.

(iv) Uso racional de recursos institucionais: Orientar os profissionais alocados quanto à utilização responsável de recursos institucionais, como energia elétrica, água, materiais administrativos e equipamentos disponibilizados pela Administração, evitando desperdícios e contribuindo para a eficiência operacional.

(v) Gestão ambientalmente adequada de resíduos: Adotar procedimentos que favoreçam a correta separação e destinação de resíduos gerados nas atividades administrativas, observando, sempre que aplicável, as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e as normas internas da instituição.

(vi) Conscientização socioambiental dos colaboradores: Estimular práticas de responsabilidade socioambiental entre os profissionais envolvidos na execução do contrato, por meio de orientações e ações educativas alinhadas às políticas institucionais do Contratante.

4.1.15.5. Com base no Guia Nacional de Contratos Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), 8ª edição, de outubro de 2025, destacamos a seguir os critérios e práticas de sustentabilidade que podem ser aplicados aos serviços de objeto da pretensão contratação:

4.1.15.5.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão de pessoas socialmente responsáveis, assegurando o cumprimento integral da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho, bem como promovendo condições dignas de trabalho aos profissionais alocados na execução contratual;

4.1.15.5.2. Considerando a natureza do objeto contratual, a CONTRATADA deverá assegurar que os profissionais designados para a execução dos serviços estejam aptos a atuar em ambientes educacionais inclusivos, observando práticas de respeito à diversidade, promoção da acessibilidade e garantia da dignidade das pessoas com deficiência atendidas;

4.1.15.5.3. A CONTRATADA deverá promover a capacitação periódica dos profissionais alocados na execução do contrato, especialmente em temas relacionados a:

- (i) atendimento inclusivo e acessibilidade;
- (ii) relacionamento interpessoal e ética profissional;
- (iii) boas práticas institucionais e atendimento ao público;
- (iv) orientação quanto ao uso responsável de recursos institucionais.

4.1.15.5.4. A CONTRATADA deverá orientar seus colaboradores quanto à utilização responsável dos recursos disponibilizados pela Administração, tais como equipamentos, energia elétrica, água e materiais administrativos, evitando desperdícios e contribuindo para a eficiência no uso dos recursos públicos;

4.1.15.5.5. Sempre que aplicável às rotinas operacionais relacionadas ao serviço, deverão ser incentivadas práticas voltadas à redução do consumo de papel e materiais administrativos, mediante a priorização do uso de sistemas eletrônicos, registros digitais e ferramentas institucionais de gestão documental;

4.1.15.5.6. A CONTRATADA deverá promover ações de conscientização junto aos profissionais alocados no contrato, visando estimular práticas responsáveis relacionadas ao uso de recursos naturais, à redução de resíduos e à adoção de comportamentos alinhados às políticas institucionais de sustentabilidade do Contratante;

4.1.15.5.7. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão observar as orientações institucionais relativas à correta segregação e destinação de resíduos administrativos eventualmente gerados nas atividades cotidianas, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas internas da instituição;

4.1.15.5.8. Sempre que possível, a CONTRATADA deverá priorizar a contratação de mão de obra local para execução dos serviços, contribuindo para a geração de emprego e renda nos municípios que compõem o arranjo regional do Sertão Paraibano, onde se localizam as unidades abrangidas pela presente contratação;

4.1.15.5.9. A CONTRATADA deverá adotar práticas organizacionais que promovam a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a não discriminação no ambiente de trabalho, observando princípios de responsabilidade social compatíveis com as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis; e

4.1.15.5.10. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá observar, sempre que aplicável, as políticas institucionais de sustentabilidade, acessibilidade e responsabilidade socioambiental adotadas pelo Contratante.

#### 4.1.16. Da justificativa acerca da natureza continuada do objeto:

4.1.16.1. Nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços de natureza continuada aqueles que, em razão de sua essencialidade, destinam-se ao atendimento de necessidades públicas permanentes ou prolongadas, cuja interrupção comprometeria a regularidade das atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

4.1.16.2. No caso em exame, os serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, possuem natureza continuada, uma vez que se destinam a assegurar condições permanentes de acessibilidade, inclusão e suporte às atividades acadêmicas e institucionais desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

4.1.16.3. A eventual interrupção desses serviços poderia comprometer o atendimento adequado às pessoas com deficiência, afetando a continuidade das atividades educacionais, administrativas e institucionais desenvolvidas no âmbito das unidades abrangidas pela presente contratação.

4.1.16.4. Nesse sentido, a natureza continuada dos serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência destinados ao atendimento das necessidades institucionais pode ser justificada pelos seguintes fatores:

(i) Atendimento permanente às necessidades institucionais de acessibilidade: A instituição necessita dispor, de forma contínua, de serviços especializados de assistência e apoio às pessoas com deficiência em suas unidades acadêmicas e administrativas, a fim de assegurar condições adequadas de acessibilidade,

mobilidade e acompanhamento funcional aos estudantes, servidores e demais usuários com deficiência. A prestação permanente desses serviços é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais em ambiente educacional inclusivo.

(ii) Apoio à execução das atividades finalísticas da instituição: Os serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência constituem importante instrumento de viabilização das atividades finalísticas do Instituto, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão em condições de igualdade e inclusão. A continuidade desses serviços assegura que estudantes e servidores com deficiência possam participar plenamente das atividades acadêmicas e institucionais.

(iii) Garantia da acessibilidade e da inclusão institucional: A manutenção contínua desses serviços contribui para assegurar o cumprimento das políticas públicas de inclusão e acessibilidade no âmbito da educação pública federal, promovendo a igualdade de oportunidades e o atendimento adequado às necessidades específicas das pessoas com deficiência que integram a comunidade acadêmica.

(iv) Eficiência administrativa e operacional: A contratação continuada desses serviços permite à Administração Pública planejar de forma mais eficiente a alocação de recursos humanos e operacionais necessários ao atendimento das demandas institucionais, evitando discontinuidades na prestação do serviço e garantindo maior estabilidade na execução das atividades de apoio à acessibilidade.

(v) Segurança institucional e conformidade normativa: A continuidade na prestação desses serviços contribui para o cumprimento das normas legais e regulamentares relacionadas à promoção da acessibilidade e da inclusão no ambiente educacional, bem como para a manutenção de condições adequadas de atendimento às pessoas com deficiência nas dependências institucionais.

(vi) Promoção da responsabilidade social institucional: A prestação contínua dos serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência reforça o compromisso institucional com a promoção da inclusão social, da acessibilidade e da igualdade de oportunidades, valores essenciais à atuação das instituições públicas de ensino e à concretização do direito fundamental à educação.

4.1.16.5. Diante do exposto, verifica-se que os serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência apresentam caráter essencial e permanente, sendo indispensáveis para assegurar condições adequadas de acessibilidade e inclusão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

4.1.16.6. Assim, a prestação continuada desses serviços mostra-se necessária para garantir a regularidade das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas nos campi integrantes do arranjo regional do Sertão Paraibano, contribuindo para a efetiva promoção da inclusão, da acessibilidade e da qualidade das ações educacionais e institucionais desenvolvidas pela instituição.

4.1.17. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

4.1.17.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.17.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- (ii) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- (iii) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- (iv) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- (v) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.1.17.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.1.17.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.1.17.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.1.17.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.1.18. Da Garantia de Execução:

4.1.18.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.1.18.2. Em caso opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária terá prazo e um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.1.18.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.1.18.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.1.19. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.1.19.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de

domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Neste tópico, impõe-se a análise das soluções disponíveis no mercado aptas a atender, de forma satisfatória, às demandas relacionadas à prestação de serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observando-se os princípios e regras que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

5.2. A investigação realizada teve por finalidade identificar modelos de contratação capazes de alinhar as necessidades institucionais do IFPB – no âmbito do arranjo regional do Sertão paraibano – às práticas consolidadas no mercado, buscando soluções tecnicamente adequadas e juridicamente seguras, que assegurem uso racional dos recursos públicos e efetividade da política institucional de inclusão.

5.3. Foram analisadas contratações similares promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional, mediante consulta a editais e termos de referência disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Compras.gov.br, com o objetivo de verificar metodologias adotadas, requisitos técnicos exigidos e formas de execução contratual.

5.4. Da pesquisa realizada, constatou-se que, em matéria de serviços de apoio especializado a pessoas com deficiência no ambiente educacional, a Administração Pública, de forma predominante, adota o seguinte modelo:

5.4.1. Contratação por postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra: Os serviços são prestados por profissionais alocados nas dependências da contratante, com carga horária previamente definida, destinados ao acompanhamento individualizado de estudantes com deficiência ou ao suporte funcional específico, conforme a demanda identificada. A remuneração contratual está vinculada à disponibilização do posto de trabalho, garantindo continuidade, previsibilidade e atendimento permanente às necessidades institucionais.

5.5. A análise das diferentes fontes pesquisadas demonstra que a solução baseada em postos de trabalho com dedicação exclusiva é amplamente utilizada no âmbito da educação pública federal, especialmente para atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência visual, deficiência física, mobilidade reduzida e outras condições que demandam acompanhamento especializado.

5.6. O histórico de contratações similares evidencia que o mercado fornecedor possui capacidade técnica e operacional para atender satisfatoriamente às exigências da Administração, sendo recorrente a participação de empresas especializadas na prestação de serviços de apoio escolar inclusivo, cuidadores, intérpretes, guias-intérpretes e profissionais correlatos.

5.7. A solução consiste, essencialmente, na alocação, pela empresa contratada, de profissionais com qualificação mínima previamente definida, aptos a executar atividades de apoio assistencial, acompanhamento individualizado, auxílio em locomoção, comunicação e interação, conforme as necessidades específicas dos usuários.

5.8. Embora se trate de serviço especializado, não se identificaram exigências técnicas extraordinárias ou barreiras de mercado que inviabilizem a competição, uma vez que há número significativo de

empresas atuantes no segmento, com experiência comprovada na execução de contratos similares junto a instituições públicas de ensino.

5.9. Conclui-se, portanto, que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar — contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de assistência e apoio a pessoas com deficiência, com dedicação exclusiva de mão de obra — revela-se atual, adequada ao problema identificado, amplamente testada no âmbito da Administração Pública e compatível com as diretrizes legais aplicáveis.

5.10. Registra-se que não se verificou a necessidade de realização de audiência pública, considerando que as pesquisas realizadas em bases oficiais de contratações públicas foram suficientes para demonstrar a viabilidade da metodologia adotada, a padronização do modelo no setor público e a ampla disponibilidade de empresas aptas à execução do objeto.

5.11. Ademais, constatou-se que a contratação de serviços dessa natureza constitui prática frequente nos órgãos públicos federais, especialmente nas instituições de ensino, evidenciando maturidade do mercado e adequada competitividade, em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

**6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução destinada ao atendimento da necessidade institucional consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência, a serem executados mediante regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de profissionais qualificados para atuar nas dependências das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB integrantes do arranjo regional do Sertão Paraibano.

6.2. A execução dos serviços tem por finalidade assegurar condições adequadas de acessibilidade, acompanhamento funcional e suporte às atividades acadêmicas e institucionais, contribuindo para a efetiva inclusão de estudantes, servidores e demais usuários com deficiência que demandem apoio permanente ou temporário no ambiente institucional.

6.3. A solução será operacionalizada por meio da alocação de profissionais capacitados, vinculados à empresa contratada, os quais atuarão nas dependências das unidades institucionais conforme demanda identificada pela Administração, observadas as atribuições funcionais, jornadas de trabalho e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência que instruirá o processo licitatório.

6.4. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e coordenada, em articulação com as unidades administrativas e pedagógicas do Instituto, de modo a assegurar atendimento adequado às demandas relacionadas à acessibilidade e à inclusão no ambiente educacional.

6.5. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e qualificados, selecionados e contratados pela empresa prestadora do serviço, observando-se os requisitos mínimos de formação, experiência e perfil profissional compatíveis com as atividades a serem desempenhadas.

6.6. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e capacitados. As categorias profissionais que serão empregadas nos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), serão:

--	--	--



TÍTULO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Alfabetizador de Jovens e Adultos	2312-05	Ministram aulas (comunicação e expressão, integração social e iniciação às ciências) nas quatro primeiras séries do ensino fundamental; preparam aulas; efetuam registros burocráticos e pedagógicos; participam na elaboração do projeto pedagógico; planejam o curso de acordo com as diretrizes educacionais; atuam em reuniões administrativas e pedagógicas; organizam eventos e atividades sociais, culturais e pedagógicas; para o desenvolvimento das atividades utilizam constantemente capacidades de comunicação.
Assistente Educacional Inclusivo	2392-20	Promovem a educação de alunos com necessidades educativas específicas, ensinando-os a expressar-se, resolver problemas e as atividades da vida diária, desenvolver habilidades, atitudes e valores; desenvolvem atividades funcionais, avaliando as necessidades educacionais dos alunos; realizam atividades como: planejar, avaliar, elaborar materiais, pesquisar e divulgar conhecimentos da área. Seu trabalho envolve a adaptação do ambiente e das atividades, o apoio no desenvolvimento de habilidades técnicas e práticas, a mediação social e emocional, a promoção da autonomia e a colaboração constante com a equipe pedagógica. A abordagem personalizada e focada nas necessidades do aluno é essencial para garantir que ele tenha as melhores condições para aprender e se desenvolver dentro do curso, alcançando seu máximo potencial. O papel do assistente educacional inclusivo é muito dinâmico e adaptável, sempre focado no suporte ao aluno com TEA para que ele se sinta incluído, respeitado e capaz de alcançar seu potencial acadêmico e social. O profissional deve ser paciente, flexível e estar constantemente atualizado sobre novas abordagens e técnicas para trabalhar com esse público. O assistente educacional inclusivo deve trabalhar em estreita colaboração com professores, coordenadores de curso, CLAI, equipe pedagógica e psicólogos, garantindo que todos os aspectos da educação do aluno estejam sendo acompanhados de forma integrada.
Cuidador	5162-10	Prestam assistência e apoio a pessoas com deficiência, em caráter permanente ou temporário, auxiliando no desenvolvimento das atividades cotidianas no ambiente institucional. Atuar na promoção do bem-estar, da segurança, da mobilidade e da autonomia da pessoa assistida, prestando suporte em atividades relacionadas à locomoção, organização de rotinas, alimentação, higiene pessoal, acesso a ambientes, materiais e atividades acadêmicas ou administrativas, conforme orientações institucionais. Contribuir para a inclusão, participação e permanência da pessoa assistida nas atividades educacionais e institucionais, observando princípios de respeito, dignidade e promoção da acessibilidade.
Psicopedagogo	2394-25	Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos / instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância; participam da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para

		atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.
Tradutor-Intérprete de Libras	2614-25	Traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, no par linguístico Libras - português, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos.
Transcritor de Sistema Braille	2392-25	Reproduzem, em caracteres do alfabeto Braille, conteúdos de textos originalmente impressos no sistema comum de escrita ou vice-versa seguindo as normas técnicas para a produção de textos em Braille, seguindo rigorosamente as técnicas especializadas de leitura para pessoas com deficiência; Executam outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, ministrando curso de Sistema Braille, auxiliando educandos com deficiência visual no sistema de ensino.
Audiodescritor	2614-30	Elaboram e narram descrições objetivas e detalhadas de elementos visuais, como cenas, expressões, gestos, figurinos, ambientes e outras informações relevantes, para torná-los acessíveis a pessoas com deficiência visual. Seu trabalho pode abranger áreas como educação, teatro, cinema, televisão, eventos, exposições e materiais educativos. A função exige domínio da linguagem clara e concisa, sensibilidade para interpretar imagens e compromisso com a acessibilidade e inclusão.

6.7. A empresa contratada será responsável pela gestão administrativa e trabalhista dos profissionais alocados, incluindo processos de recrutamento, seleção, capacitação, supervisão e substituição de empregados, quando necessário, assegurando a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

6.8. Adicionalmente, caberá à contratada garantir que os profissionais designados para a execução contratual estejam aptos a atuar em ambientes educacionais inclusivos, observando princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, à diversidade e à promoção da acessibilidade.

6.9. Os serviços seguirão as disposições previstas no Termo de Referência, no Código Brasileiro de Ocupações – CBO de cada função e eventuais serviços adicionais contemplados na rotina de execução dos serviços, devendo a Contratada adaptar os contratos de trabalho e a remuneração, se for o caso, de seus empregados, bem como respeitar a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, dos postos descritos na contratação.

6.10. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), dos relatórios da fiscalização do contrato e do acompanhamento da execução no próprio local.

6.11. Inaugura-se a assertiva de que não se pode perder de vista o dever da Administração Pública de perseguir a contratação mais vantajosa, porém, isso não implica admitir jamais que os atos dos seus agentes possam comprometer a validade da licitação, sob pena de nulidade e apuração de responsabilidade.

6.12. Considerando que os atos praticados pelos gestores públicos estão sujeitos à rigorosa fiscalização e controle por parte dos órgãos de controle interno e externo, cujas orientações e determinações constituem relevantes parâmetros para a condução dos procedimentos administrativos, deve-se observar que, na contratação em apreço, a composição das propostas apresentadas pelos licitantes concentra-se, essencialmente, em dois elementos principais: os custos relacionados à remuneração dos empregados alocados na execução contratual e a margem de lucro da empresa contratada, tendo em vista que os encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a contratação apresentam variações limitadas, por decorrerem majoritariamente de disposições legais e normativas aplicáveis.

6.13. Destaque-se que, embora não seja o único item a compor o preço final a ser ofertado pelos licitantes, o salário se constitui no seu principal elemento, tendo em vista que os serviços a serem prestados envolvem essencialmente recursos humanos, cuja produção será aferida com base nas horas trabalhadas.

6.14. Considerando a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho que regule especificamente as categorias profissionais necessárias à execução do objeto da presente contratação, adotou-se, para fins de definição da referência salarial dos profissionais a serem alocados na execução contratual, os valores previstos na **Convenção Coletiva de Trabalho – CCT PB nº 000032/2026**, utilizada como parâmetro normativo para a composição dos custos de mão de obra, conforme disposições apresentadas a seguir:

6.14.1. Profissionais de Nível Superior: Salário Base - **R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos)**, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com exceção dos profissionais com regulamentação de carga horária máxima diária.

6.14.2. Profissionais de Nível Médio: Salário Base - **R\$ 2.221,90 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos)**, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

6.15. Para a definição dos salários base normativos acima apresentados, foram considerados, além dos contratos atualmente vigentes no âmbito das unidades do IFPB, parâmetros extraídos de contratações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública que apresentam perfil, necessidades ou demandas semelhantes, possibilitando a realização de análise comparativa. Ademais, foram consultadas informações referentes ao mercado de trabalho das categorias profissionais demandadas, disponíveis no portal de pesquisa de cargos e salários do Brasil ([www.salario.com.br](http://www.salario.com.br)), cujos dados são fundamentados em registros oficiais de vínculos empregatícios. As informações consolidadas encontram-se apresentadas a seguir:

## **I. Alfabetizador de Jovens e Adultos**

6.15.1. O Alfabetizador de Jovens e Adultos, profissional responsável pela mediação pedagógica e pelo desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à alfabetização e à formação básica de estudantes jovens e adultos, apresenta remuneração média no mercado de trabalho brasileiro compatível com funções docentes de educação básica.

6.15.2. Considerando o salário base normativo de R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 15,71 (quinze reais e setenta e um centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	4.891	58.688	1.223	30,57
Média Salarial	5.028	60.336	1.257	31,43
1º Quartil	1.769	21.229	442	11,06
Salário Mediana	2.313	27.750	578	14,45
3º Quartil	11.113	133.351	2.778	69,45
Teto Salarial	13.460	161.518	3.365	84,12

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.3. Tal valor mostra-se compatível com os parâmetros remuneratórios observados no mercado de trabalho para profissionais da área educacional, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.4. Assim, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

## II. Assistente Educacional Inclusivo

6.15.5. O Assistente Educacional Inclusivo atua no apoio pedagógico e na mediação educacional de estudantes com necessidades específicas, desempenhando papel essencial na promoção da educação inclusiva.

6.15.6. Considerando o salário base normativo de R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 15,71 (quinze reais e setenta e um centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	3.307	39.689	827	21,34
Média Salarial	3.400	40.803	850	21,94
1º Quartil	2.248	26.980	562	14,51
Salário Mediana	2.888	34.656	722	18,63
3º Quartil	5.158	61.896	1.290	33,28
Teto Salarial	6.248	74.970	1.562	40,31

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.7. A análise comparativa com funções correlatas no mercado de trabalho, como agentes educacionais e auxiliares pedagógicos especializados, demonstra que o valor da hora trabalhada encontra-se dentro da faixa remuneratória praticada no setor educacional, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.8. Assim, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

### III. Cuidador

6.15.9. O Cuidador desempenha atividades de acompanhamento e assistência a estudantes que necessitam de apoio nas atividades cotidianas e no processo educacional inclusivo.

6.15.10. Considerando o salário base normativo de R\$ 2.221,90, correspondente a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 10,09 (dez reais e nove centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	1.738	20.858	435	8,48
Média Salarial	1.787	21.444	447	8,72
1º Quartil	1.558	18.693	389	7,60
Salário Mediana	1.688	20.256	422	8,23
3º Quartil	2.163	25.958	541	10,55
Teto Salarial	2.620	31.441	655	12,78

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.11. Levantamentos de mercado referentes a funções de apoio educacional e assistência escolar indicam remuneração média equivalente ou próxima ao parâmetro adotado, demonstrando que o valor normativo considerado para a composição dos custos de mão de obra encontra-se compatível com as práticas remuneratórias, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.12. Dessa forma, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

### IV. Psicopedagogo

6.15.13. O Psicopedagogo Educacional ou Institucional exerce atividades de diagnóstico, acompanhamento e intervenção nos processos de aprendizagem, atuando de forma interdisciplinar no ambiente educacional.

6.15.14. Considerando o salário base normativo de R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 15,71 (quinze reais e setenta e um centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	3.844	46.126	961	22,61
Média Salarial	3.952	47.421	988	23,25
1º Quartil	2.032	24.387	508	11,95
Salário Mediana	2.864	34.368	716	16,85
3º Quartil	7.228	86.731	1.807	42,52
Teto Salarial	8.754	105.051	2.189	51,50

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.15. Embora pesquisas salariais indiquem que profissionais especializados na área pedagógica possam apresentar remunerações superiores em determinados segmentos do mercado, a análise comparativa evidencia que o valor normativo adotado permanece dentro de faixa compatível com a realidade do setor educacional público, especialmente quando consideradas as variações regionais e os diferentes regimes de contratação, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.16. Assim, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

## V. Tradutor-Intérprete de Libras

6.15.17. O Tradutor e Intérprete de Libras é responsável pela mediação linguística entre pessoas surdas e ouvintes, garantindo acessibilidade comunicacional no ambiente educacional.

6.15.18. Considerando o salário base normativo de R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para jornada de 30 (trinta) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 23,05 (vinte e três reais e cinco centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 150 (cento e cinquenta) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	3.128	37.540	782	20,18
Média Salarial	3.216	38.594	804	20,75
1º Quartil	2.072	24.860	518	13,37
Salário Mediana	2.512	30.144	628	16,21
3º Quartil	5.195	62.339	1.299	33,52
Teto Salarial	6.292	75.507	1.573	40,60

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.19. Levantamentos de remuneração de profissionais da área de tradução e interpretação de Libras indicam valores médios de hora trabalhada equivalentes ou superiores ao parâmetro adotado, sobretudo em atividades especializadas de interpretação educacional, o que demonstra que o valor normativo considerado encontra-se compatível com as práticas remuneratórias observadas no mercado, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.20. Assim, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

## VI. Transcritor de Sistema Braille

6.15.21. O Transcritor de Sistema Braille é responsável pela adaptação e transcrição de materiais didáticos para o sistema de leitura utilizado por pessoas com deficiência visual, atividade técnica fundamental para a promoção da acessibilidade educacional.

6.15.22. Considerando o salário base normativo de R\$ 2.221,90 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos) para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 10,09 (dez reais e nove centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	3.094	37.129	774	17,68
Média Salarial	3.181	38.172	795	18,18
1º Quartil	2.005	24.064	501	11,46
Salário Mediana	2.700	32.400	675	15,43
3º Quartil	5.115	61.375	1.279	29,23
Teto Salarial	6.195	74.339	1.549	35,40

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.23. A análise de ocupações correlatas no mercado de trabalho, como auxiliares técnicos educacionais e profissionais de apoio à inclusão, demonstra que o valor da hora trabalhada encontra-se dentro da faixa remuneratória observada para funções de nível médio na área



educacional, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.24. Dessa forma, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.

## VII. Audiodescritor

6.15.25. O Audiodescritor é o profissional responsável por converter elementos visuais em descrições verbais estruturadas, permitindo que pessoas com deficiência visual tenham acesso a conteúdos educacionais e informativos.

6.15.26. Considerando o salário base normativo de R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos) para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, obtém-se o valor aproximado de R\$ 15,71 (quinze reais e setenta e um centavos) por hora trabalhada, tomando como referência a jornada mensal estimada de 220 (duzentas e vinte) horas.

Período	Salário Mensal	Salário Anual	Salário Semanal	Salário/Hora
Piso Salarial	2.390	28.683	598	11,66
Média Salarial	2.457	29.488	614	11,99
1º Quartil	1.520	18.238	380	7,41
Salário Mediana	1.800	21.600	450	8,78
3º Quartil	3.825	45.904	956	18,66
Teto Salarial	4.633	55.601	1.158	22,60

Fonte: [www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/](http://www.salario.com.br/salario-em-todo-estado/)

6.15.27. No mercado de trabalho, atividades de audiodescrição são frequentemente desempenhadas por profissionais com formação superior nas áreas de comunicação, letras ou educação, sendo usual a prática de remuneração por hora ou por projeto. Nesse contexto, o valor estimado mostra-se compatível com a remuneração média observada em serviços de acessibilidade educacional, conforme levantamentos disponíveis em bases de dados oficiais de vínculos empregatícios consolidados pelo Novo CAGED e divulgados por portais especializados em pesquisas salariais, demonstrando que o parâmetro adotado se encontra alinhado às práticas remuneratórias do setor.

6.15.28. Dessa forma, conclui-se que os valores salariais adotados como parâmetro normativo para composição dos custos de mão de obra encontram respaldo em dados estatísticos de remuneração profissional e referências salariais do setor educacional, garantindo que a estimativa orçamentária da contratação esteja alinhada às condições reais do mercado de trabalho, preservando simultaneamente a viabilidade econômica da contratação e a adequada remuneração dos profissionais envolvidos.



6.16. Ademais, estando fixado o valor dos salários dos empregados, a variação das propostas praticamente ficaram restrita ao lucro e demais outros custos variáveis das empresas, que, em razão da competitividade do setor de prestação de serviços, não apresentam grande discrepância. Assim, a Administração adotará o instrumento coletivo supracitado, podendo prever no contrato que os custos decorrentes de mão de obra serão repactuados 12 (doze) meses após a data do orçamento a que a proposta se refere, mediante a apresentação da convenção/acordo/dissídio coletivo.

6.17. Segue, na tabela abaixo, as informações correspondentes a Ocupação (CBO) referente a prestação dos serviços demandados e o cargo respectivo na convenção coletiva de trabalho.

OCUPAÇÃO	CÓDIGO CBO	GRUPO	CARGO	PISO NORMATIVO ADOTADO
Alfabetizador de Jovens e Adultos	2312-05	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível I	R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).
Assistente Educacional Inclusivo	2392-20	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível I	R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).
Cuidador	5162-10	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível II	R\$ 2.221,90 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos).
Psicopedagogo Educacional/Institucional	9394-25	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível I	R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).
Tradutor e Inérprete de Libras	2614-25	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível I	R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).
Transcritor de Sistema Braille	2392-25	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível II	R\$ 2.221,90 (dois mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos).
Audiodescritor	2614-30	GRUPO XII	Assistente Operacional Administrativo Nível I	R\$ 3.457,93 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos).

6.18. Os horários de prestação dos serviços serão definidos de acordo com as necessidades da Contratante, observada a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Excepcionalmente, para os profissionais cuja atividade possua regulamentação específica quanto à carga horária máxima diária ou semanal, deverão ser respeitados os limites estabelecidos na legislação profissional aplicável.

6.18.1. O controle de jornada dos profissionais contratados se dará sob uma das formas previstas no artigo 74, da CLT, e a critério da CONTRATADA, podendo a mesma optar por uma das seguintes formas:

- a. Ponto Cartográfico ou Mecânico;
- b. Ponto Manual;
- c. Ponto Eletrônico; e
- d. Ponto Alternativo.

6.18.2. A realização de horas excedentes só ocorrerá se houver interesse da Contratante e somente será permitida caso exista, por força do acordo ou convenção coletiva da categoria, a previsão de que o excesso de horas em um dia possa ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia sem que haja acréscimo de salário, na forma e limites estabelecidos pelo art. 59, §2º da CLT, de maneira que em nenhuma hipótese será pago adicional de hora extra.

6.19. O rol de tarefas e de periodicidade estarão previstos em tópico específico do Termo de Referência, sendo considerados apenas como exemplificativo, podendo ser exigidas outras atividades não constantes nele, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento a demanda existente.

6.20. Para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração a mesma deverá atender a todos os elementos descritos no presente instrumento, podendo a solução como um todo ser descrita como: prestação de serviços de apoio administrativo, de forma contínua e com a dedicação exclusiva de mão de obra, para fins de atendimento às necessidades institucionais.

#### **6.21. Do mecanismo de tratamento de risco dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.**

6.21.1. O art. 8º, do Decreto n.º 9.507/2018 prevê que, nas licitações para contratações de prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal deverão fazer constar, nos instrumentos convocatório e contratual, entre outras disposições, o seguinte:

(i) prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

- a. que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador; ou
- b. que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante;

6.21.2. Em linhas gerais, adotada a conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, o órgão ou a entidade contratante descontará do valor da fatura mensal a ser paga à contratada o valor correspondente às provisões destinadas ao pagamento de férias, 13º salário e verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, depositando-o em uma conta

bancária aberta em nome da contratada, mas com movimentação vinculada à autorização da contratante, a qual somente será concedida por ocasião dos pagamentos dessas verbas aos trabalhadores.

6.21.3. Se adotado o pagamento pelo fato gerador, o pagamento mensal devido à contratada terá seu valor liquidado considerando apenas os componentes de custos que efetivamente ocorreram naquele período. Nesse caso, como regra geral, se os fatos geradores relativos a esses componentes de custos não ocorrerem durante a execução contratual, a contratada não terá direito adquirido para receber o valor aportado em sua proposta para cada um deles. De outra sorte, verificada a ocorrência superior de fatos geradores em relação ao previsto pela contratada em sua proposta, esta receberá apenas o valor aportado em sua oferta.

6.21.4. Ambos os procedimentos possuem suas vantagens e desvantagens. A principal vantagem de utilização de ambos os procedimentos é o fato de permitir maior controle da Instituição no processo de acompanhamento e fiscalização, onde necessariamente a Instituição precisa se organizar internamente para tanto, pois para liberar valores pagos (no caso da conta vinculada) ou autorizar pagamentos (no caso do pagamento conforme fato gerador), exigirá uma fase de análise documental para conferência dos direitos trabalhistas tutelados. Assim ela consegue muitas vezes agir preventivamente não deixando que situações, muitas vezes até corriqueiras, venham à ser ajuizadas.

6.21.5. Por outro lado, como principal desvantagem de ambos os procedimentos, em especial ao novo procedimento - pagamento pelo fato gerador, que inclui mais verbas trabalhistas tuteladas, citamos o fato de que ambos os procedimentos são bastante burocráticos, exigem um esforço grande da Administração no sentido de envolvimento e comprometimento que muitas instituições não tem condições de suportar, seja pelo fato de não estarem capacitados para a implementação, seja pelo fato de acúmulo de trabalho, com quantitativo reduzido de servidores nessa área meio nos setores diretamente impactados com os procedimentos.

6.21.6. O pagamento pelo fato gerador (PFG), ao possibilitar a exclusão do pagamento devido à contratada de custos não incorridos na execução do contrato, a exemplo de licença paternidade, provisão para rescisões, custos de reposição do profissional ausente, pode gerar uma economia à Administração, conforme demonstrado no caderno de logística de pagamento pelo fato gerador. Talvez por isso, quando analisado superficialmente, o PFG se mostre como o melhor custo-benefício, e portanto a escolha mais adequada de controle interno.

6.21.7. Entretanto, o que temos observado é que controlar os eventos ocorridos no período não demonstra ser uma tarefa fácil para os servidores que compõem as equipes de fiscalização, que possuem além das atribuições de gestão e fiscalização, aquelas inerentes ao próprio cargo que ocupam, praticamente transformando-os em funcionários do departamento de recursos humanos das empresas contratadas. Desse raciocínio, sustenta-se que os custos da operacionalização do mecanismo de controle de risco - pagamento pelo fato gerador - comprometem as vantagens auferidas com sua utilização.

6.21.8. As experiências organizacionais são suficientes para concluir que a ferramenta é tão complexa quanto a conta vinculada e pode representar custos ainda maiores para a Administração, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas, além de um maior aporte de investimento no desenvolvimento de instrumentos adequados e treinamento de servidores para sua operacionalização.

6.21.9. Outro importante fator a ser considerado, quanto à utilização do PFG, foi a maior rotatividade dos contratos pactuados ao longo da utilização do mecanismo de controle de risco -

pagamento pelo fato gerador. As empresas têm demonstrado desconhecimento das especificidades acerca da metodologia de execução do controle dos pagamentos, comprometendo a exequibilidade e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, repercutindo negativamente, na inviabilidade de eventuais prorrogações sucessivas aos mesmos, dentro dos limites legais previstos.

6.21.10. Diante do exposto, verifica-se, a partir das dificuldades, atualmente enfrentadas pela Administração, que permeiam a utilização do mecanismo de controle de risco - pagamento pelo fato gerador - que a busca por alternativas menos onerosas e igualmente eficientes, como é o caso da utilização da conta-depósito vinculada, é válida, sob os aspectos de custos operacionais e financeiros com a fiscalização contratual.

6.21.11. Sem outras considerações, tem-se que os impactos positivos da adoção do mecanismo de controle de risco - conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação - encontram-se resumidos abaixo:

BENEFÍCIOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA	
1	Garantia do pagamento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados
2	Elisão da responsabilidade subsidiária da Administração Pública
3	Maior segurança para as atividades de gestão/fiscalização do contrato
4	Incentivo ao cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas
5	Redução da quantidade de ajuizamentos trabalhistas
6	Conjunto probatório da efetiva fiscalização contratual
7	Minimização do impacto social decorrente de eventual falência empresarial
8	Preservação e boa administração dos recursos públicos

6.21.12. Por fim, a adoção da conta vinculada em detrimento à utilização do mecanismo de pagamento pelo fato gerador, dentro do ambiente organizacional, permite a identificação de medidas que podem ser adotadas para aprimorar sua gestão.

MELHORIAS NA GESTÃO DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA	
1	Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para auxiliar nas atividades
2	Criação de setor específico para a gestão da conta vinculada

3	Indicação de servidores com perfil adequado às atribuições inerentes
4	Maior agilidade e menor rigorismo formal nas liberações de valores
5	Promoção de capacitação e de treinamento específicos sobre o instrumento
6	Maior publicidade dos processos e procedimentos adotados
7	Elaboração de manual de orientação para as empresas contratadas
8	Treinamento para as empresas contratadas no início da relação contratual
9	Promoção de momentos de interação e compartilhamento de experiência entre servidores
10	Atualização da normatização interna com a padronização de procedimentos

6.21.13. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências dos órgãos e entidades contratantes, sob orientação técnica de seus servidores, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, normas e regras da instituição.

6.22. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 9º, da IN SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação dos serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

### **6.23. Justificativa técnica e econômica da solução adotada**

6.23.1. A adoção da solução baseada na contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública, considerando que:

- (i) as atividades demandam presença contínua de profissionais nas unidades institucionais;
- (ii) trata-se de serviço de natureza operacional, cuja execução pode ser realizada por terceiros especializados;
- (iii) a terceirização permite maior flexibilidade na gestão da força de trabalho, possibilitando ajustes quantitativos conforme a demanda institucional;
- (iv) evita-se a necessidade de ampliação do quadro permanente de servidores para execução de atividades acessórias;
- (v) possibilita maior eficiência na gestão de recursos públicos, mediante contratação competitiva no mercado.

6.23.2. Adicionalmente, a contratação de empresa especializada permite à Administração concentrar seus esforços nas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que assegura a disponibilidade de suporte adequado às políticas institucionais de acessibilidade, inclusão e permanência estudantil.

6.24. Por fim, todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para fins de definição das quantidades estimadas para atendimento à demanda que se apresenta foi observada a execução do(s) atual(ais) contrato(s), no âmbito da(s) instituição(ões), para fins de melhor aproveitamento dos postos de serviços, tanto no contexto de melhor economia, quanto em escala, quantidade e distribuição dos postos.

7.2. Foram levados em consideração, ainda, para uma melhor estimativa de execução dos serviços:

(i) O histórico de atendimento educacional especializado nos últimos 12 (doze) meses, apurado a partir dos registros institucionais das Coordenações de Apoio ao Estudante, da Coordenação Local de Ações Inclusivas (CLAI) e dos setores pedagógicos das unidades integrantes do arranjo regional (Patos, Santa Luzia, Princesa Isabel, Itaporanga e Cajazeiras), com a finalidade de identificar o quantitativo de estudantes com deficiência atendidos, os tipos de necessidades educacionais específicas apresentadas (TEA, deficiência visual, deficiência física, mobilidade reduzida, entre outras) e o nível de suporte individual requerido, subsidiando o adequado dimensionamento dos postos de apoio especializado.

(ii) A análise da estrutura acadêmica e administrativa das unidades, contemplando a distribuição física dos campi, o número de turmas, os turnos de funcionamento (matutino, vespertino e noturno), as atividades de laboratório e campo, bem como as especificidades pedagógicas que demandam acompanhamento contínuo, de modo a assegurar a adequada alocação dos profissionais de apoio, evitando descontinuidade no atendimento ou cobertura insuficiente às demandas educacionais inclusivas.

(iii) A avaliação das projeções institucionais relativas à manutenção e possível ampliação do número de matrículas de estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando a política institucional de inclusão, o crescimento progressivo da demanda por atendimento especializado e a possibilidade de surgimento de novas necessidades ao longo da vigência contratual. Incluiu-se, ainda, a análise da situação específica do Campus Patos quanto à necessidade de suporte funcional a servidor docente com deficiência, assegurando compatibilidade entre o quantitativo estimado de postos e as demandas efetivamente identificadas, em consonância com o planejamento institucional e com a disponibilidade orçamentária.

7.3. Diante do exposto, a distribuição dos postos e de escalas que melhor se enquadram as peculiaridades de atendimento à atual necessidade deste órgão, é(são):

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS PATOS				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE

1	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ALFABETIZADOR DE JOVENS E ADULTO - CBO: 2312-05</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1
2	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO - CBO: 2392-20</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
3	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
4	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL</b> - Posto de Serviços: <b>CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1
5	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL/INSTITUCIONAL - CBO: 2394-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
6	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS - CBO: 2614-25</b> , em jornada semanal de 30 (trinta) horas.	POSTO	2
7	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRANSCRITOR DE SISTEMA BRAILLE - CBO: 2392-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS SANTA LUZIA				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE
8	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ALFABETIZADOR DE JOVENS E ADULTO - CBO: 2312-05</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
		<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ASSISTENTE EDUCACIONAL</b>		

9	5380	<b>INCLUSIVO - CBO: 2392-20</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
10	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
11	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL/INSTITUCIONAL - CBO: 2394-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
12	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS - CBO: 2614-25</b> , em jornada semanal de 30 (trinta) horas.	POSTO	4

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS PRINCESA ISABEL**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE
13	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO - CBO: 2392-20</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
14	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
15	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL/INSTITUCIONAL - CBO: 2394-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1
16	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS - CBO: 2614-25</b> , em jornada semanal de 30 (trinta) horas.	POSTO	1
17	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO - Posto de Serviços: TRANSCRITOR DE SISTEMA BRAILLE - CBO: 2392-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS ITAPORANGA**

--	--	--	--	--



ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE
18	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO - CBO: 2392-20</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
19	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
20	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL/INSTITUCIONAL - CBO: 2394-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	3
21	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS - CBO: 2614-25</b> , em jornada semanal de 30 (trinta) horas.	POSTO	2
22	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRANSCRITOR DE SISTEMA BRAILLE - CBO: 2392-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS CAJAZEIRAS				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE
23	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ALFABETIZADOR DE JOVENS E ADULTO - CBO: 2312-05</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
24	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>ASSISTENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO - CBO: 2392-20</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
25	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>CUIDADOR - CBO: 5162-10</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	2
26	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL/INSTITUCIONAL - CBO: 2394-25</b> , em jornada	POSTO	2

		semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.		
27	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS - CBO: 2614-25</b> , em jornada semanal de 30 (trinta) horas.	POSTO	2
28	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>AUDIODESCRITOR - CBO: 2614-30</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	3
29	5380	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL AO EDUCANDO</b> - Posto de Serviços: <b>TRANSCRITOR DE SISTEMA BRAILLE - CBO: 2392-25</b> , em jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.	POSTO	1

7.4. As quantidades estipuladas são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que foram utilizados como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional das presentes unidades contempladas com a presente contratação.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.868.899,20

8.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

8.2. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 5.868.899,28 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

8.3. Para a definição do valor estimado da contratação, foram observados os parâmetros estabelecidos nos incisos I, II e IV do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da pesquisa de mercado como meio para aferição adequada do preço de referência, permitindo maior fidedignidade às condições praticadas no mercado e mitigando riscos de sobrepreço ou preço inexecutável.

8.4. Tendo em vista que o objeto caracteriza serviço executado sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a apuração do custo estimado contemplou tanto o valor global máximo quanto o valor mensal da contratação. A composição dos elementos formadores do preço observou o subitem 2.9 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, valendo-se do preenchimento da planilha de custos e formação de preços conforme metodologia padronizada pelos Cadernos Técnicos disponibilizados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), garantindo uniformidade, transparência e rastreabilidade dos parâmetros adotados.

8.5. Os valores relativos à mão de obra foram definidos a partir das memórias de cálculo constantes nos Cadernos Técnicos supracitados, considerando-se encargos sociais, trabalhistas e previdenciários obrigatórios, direitos previstos em legislação específica e obrigações adicionais previstas nas normas coletivas das categorias profissionais envolvidas, em especial:

8.5.1. Convenção Coletiva de Trabalho - CCT PB n.º 000032/2026;

8.6. No tocante aos insumos indiretos (BDI, uniformes, materiais e demais custos acessórios), os valores foram obtidos mediante pesquisa de preços junto ao mercado, conforme diretrizes metodológicas estabelecidas pela IN SEGES/ME nº 65/2021, assegurando pluralidade de fontes e ampla representatividade do setor econômico correlato.

8.7. Relativamente ao inciso IV do art. 5º da IN supracitada, referente à coleta de preços diretamente junto aos fornecedores, registra-se que as consultas encaminhadas às empresas resultaram parcialmente exitosas, tendo sido obtidas respostas formais de apenas 3 (três) fornecedores, frente ao quantitativo expressivo de empresas consultadas que permaneceram silentes, apesar das tentativas de contato registradas nos autos. A baixa adesão, embora represente limitação na coleta por esta modalidade, não inviabiliza a construção do valor de referência, haja vista que o preço estimado foi complementado com outras fontes válidas previstas na regulamentação vigente, especialmente aquelas oriundas de pesquisa em bases públicas e painéis oficiais. Assim, assegura-se aderência às exigências estabelecidas para validação da estimativa de preços, não havendo comprometimento da fidedignidade técnica da composição do custo estimado.

8.8. Por fim, reforça-se que o preço estimado para a contratação foi baseado na obtenção de, pelo menos, 3 (três) cotações de fontes diferentes, em estrita observância ao disposto no artigo 6º, §5º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece tal requisito como condição para a validação do preço estimado, conferindo segurança técnica e jurídica ao processo de contratação.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Todavia, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais é prática comum nesse setor de prestação de serviço, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços e materiais demandados estão intrinsecamente ligados e o desmembramento destes serviços e materiais em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim a dessincronização na execução.

9.3. É certo que no caso em questão aplica-se inequivocamente a expressa previsão inserta no item 3.8 do Anexo III da IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, segundo a qual a obrigatoriedade de fracionamento (parcelamento) respeita limites de ordem técnica e econômica, em consonância com o dispositivo legal

aludido, eis que poderá ser feita a contratação conjunta se o parcelamento tornar o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provocar perda na economia de escala, já citado em parecer 305/2015/CJU-MS/CGU/AGU.

9.4. Diante de todo o exposto, evidencia-se que a contratação da solução seja dividida em grupos, formados por um ou mais itens, visto a necessidade de conferir a cada unidade participante autonomia administrativa, haja vista, as mesmas estarem dispersas geograficamente, o que implicaria em dificuldades, quanto ao acompanhamento e fiscalização por parte dos gestores e fiscais do contratos.

9.5. Neste caso, a contratação será única e indivisível – por unidade – envolvendo a prestação de serviços de apoio especial ao educando, com o fornecimento de todos os materiais de consumo, insumo e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar o atendimento às necessidades institucionais. Formato, este, economicamente mais viável e que tem os melhores resultados às especificidades das unidades.

9.6. A centralização, por unidade, da responsabilidade em uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação encontra-se diretamente alinhada aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Planejamento Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), especialmente no que se refere à promoção da educação inclusiva, à garantia de acessibilidade e à consolidação de políticas institucionais voltadas à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes.

11.2. O PDI, enquanto instrumento de governança e planejamento estratégico, orienta as contratações destinadas ao fortalecimento das ações de inclusão, à eliminação de barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais e à garantia de igualdade material no ambiente educacional. A contratação de serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência visa assegurar atendimento contínuo e qualificado aos discentes com necessidades educacionais específicas, bem como suporte funcional a servidor com deficiência no Campus Patos - IFPB, promovendo ambiente acadêmico acessível, seguro e inclusivo.

11.3. Dentre os elementos que evidenciam o alinhamento da contratação ao planejamento estratégico do IFPB, destacam-se:

(i) Promoção da Educação Inclusiva e da Permanência Estudantil: A contratação viabiliza a oferta de acompanhamento especializado a estudantes com deficiência, assegurando-lhes condições de participação plena nas atividades acadêmicas, contribuindo para redução da evasão, melhoria do desempenho e efetivação da política institucional de inclusão.

(ii) **Garantia de Acessibilidade e Igualdade Material:** A disponibilização de profissionais de apoio especializados materializa o dever institucional de eliminação de barreiras e de adoção de medidas de acessibilidade, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão e com as diretrizes do PDI.

(iii) **Fortalecimento da Política Institucional de Inclusão no Arranjo Regional do Sertão:** Considerando a atuação integrada dos Campi Patos, Santa Luzia, Princesa Isabel, Itaporanga e Cajazeiras, a contratação contribui para uniformizar e estruturar o atendimento inclusivo nas unidades do Sertão paraibano, fortalecendo o papel do IFPB como agente de desenvolvimento regional e promotor de equidade social.

(iv) **Suporte às Atividades Finalísticas do Instituto:** Ao assegurar apoio especializado adequado, a contratação evita a sobrecarga indevida de docentes e técnicos administrativos, permitindo que estes se dediquem às atividades pedagógicas e administrativas típicas de suas carreiras, sem prejuízo da qualidade do atendimento aos estudantes com deficiência.

(v) **Responsabilidade Social e Compromisso Institucional com Direitos Fundamentais:** A medida reforça o compromisso do IFPB com a dignidade da pessoa humana, a não discriminação e a inclusão social, valores expressamente incorporados às diretrizes institucionais e às metas estratégicas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

11.3. Os serviços ora previstos possuem relevância técnico-operacional inequívoca para a efetivação da política institucional de inclusão, tendo sido definidos com base nas demandas concretamente identificadas nas unidades envolvidas. Os requisitos estabelecidos são compatíveis com as necessidades institucionais e guardam estrita observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, não configurando exigências excessivas ou desnecessárias.

11.4. Por fim, registra-se que a presente demanda decorre de situação previsível e institucionalmente consolidada, encontrando-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual 2026, em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, conforme relatório(s) extraído(s) do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência e apoio às pessoas com deficiência, que acarrete em necessidades especiais em caráter permanente ou temporário, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visa atender de forma estruturada, permanente e eficiente às demandas de inclusão educacional e acessibilidade no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), especialmente nas unidades integrantes do arranjo regional do Sertão paraibano, com especificidade quanto ao suporte funcional a servidor com deficiência no Campus Patos.

12.2. Esse modelo de contratação proporcionará benefícios institucionais diretos e indiretos, conforme demonstrado a seguir:

(i) **Efetivação da Política de Educação Inclusiva:** A prestação contínua e especializada do serviço assegurará condições reais de permanência, participação e êxito acadêmico dos estudantes com deficiência, promovendo igualdade material e reduzindo barreiras no ambiente educacional.

(ii) **Garantia de Acessibilidade e Segurança:** A presença de profissionais qualificados possibilitará apoio adequado em atividades acadêmicas, locomoção, comunicação e interação social, assegurando ambiente educacional acessível, seguro e inclusivo.

(iii) **Qualidade e Padronização do Atendimento Especializado:** A contratação de empresa especializada permitirá a definição de requisitos técnicos mínimos, critérios objetivos de qualificação profissional e padrões de desempenho, garantindo uniformidade, qualidade e previsibilidade na execução dos serviços.

(iv) **Continuidade do Atendimento:** O regime de dedicação exclusiva de mão de obra assegura estabilidade na prestação do serviço, evitando descontinuidade no acompanhamento individualizado e mitigando riscos à política institucional de inclusão.

(v) **Suporte às Atividades Finalísticas:** A solução proposta evita a sobrecarga de docentes, técnicos administrativos e equipes pedagógicas, permitindo que estes se concentrem nas atribuições típicas de suas carreiras, sem prejuízo da assistência especializada aos estudantes.

(vi) **Conformidade com o Marco Legal da Inclusão:** A contratação materializa o cumprimento das obrigações impostas pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 /2015) e pela legislação educacional vigente, assegurando atuação institucional juridicamente adequada.

(vii) **Fortalecimento da Responsabilidade Social Institucional:** Ao promover acessibilidade e inclusão, o IFPB reafirma seu compromisso com a dignidade da pessoa humana, com a não discriminação e com o desenvolvimento social do Sertão paraibano.

12.2. A contratação revela-se medida estratégica para o IFPB, pois consolida estrutura permanente de apoio especializado, eleva o padrão de atendimento às pessoas com deficiência e contribui para a institucionalização de práticas inclusivas nas unidades do arranjo regional. Além disso, assegura condições adequadas de trabalho ao servidor com deficiência no Campus Patos, promovendo ambiente laboral acessível e compatível com os princípios da igualdade e da razoabilidade.

12.3. Dessa forma, a instituição poderá cumprir seu dever constitucional e legal de garantir educação inclusiva com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade serviço público educacional de qualidade, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e responsabilidade social.

12.4. Em última instância, a contratação dos serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência contribuirá para o fortalecimento da política institucional de inclusão, para a melhoria do ambiente acadêmico e laboral e para a consolidação do IFPB como instituição comprometida com a equidade, a acessibilidade e a promoção dos direitos fundamentais.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Visando assegurar a correta execução do contrato relativo à prestação de serviços especializados de assistência e apoio a pessoas com deficiência, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá adotar, minimamente, as seguintes providências:

13.1.1. Designar formalmente, após a contratação, gestor e fiscais do contrato (técnico e administrativo), com perfil compatível com a natureza do objeto, preferencialmente com conhecimento na área de inclusão, acessibilidade ou gestão de contratos de serviços continuados, especificando claramente suas atribuições e responsabilidades, nos termos da Lei

nº 14.133/2021. Caso necessário, promover capacitação específica para alinhamento quanto às particularidades do serviço de apoio especializado e às obrigações contratuais.

13.1.2. Acompanhar sistematicamente a execução dos serviços, especialmente quanto à adequada alocação dos profissionais de apoio, ao cumprimento da carga horária estabelecida, à observância dos requisitos de qualificação mínima exigidos e à efetiva prestação do acompanhamento individualizado às pessoas com deficiência, garantindo conformidade com os padrões definidos no Termo de Referência.

13.1.3. Assegurar a disponibilidade e adequada alocação dos recursos orçamentários e financeiros necessários à execução contratual durante toda a vigência do ajuste, prevenindo descontinuidade dos serviços, tendo em vista seu caráter essencial à política institucional de inclusão.

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto, tais como rotatividade de profissionais, ausência temporária de prestadores, inadequação de perfil técnico ou falhas na prestação do apoio individualizado, adotando medidas preventivas e planos de contingência que assegurem a continuidade e a qualidade do atendimento aos estudantes e ao servidor beneficiado.

13.1.5. Estabelecer fluxo de comunicação institucional eficiente entre o gestor e os fiscais do contrato, a empresa contratada, a Coordenação Local de Ações Inclusivas (CLAI), os setores pedagógicos e a Direção-Geral das unidades envolvidas, garantindo registro formal das ocorrências, tratamento tempestivo de inconformidades e constante alinhamento quanto às necessidades específicas dos usuários atendidos.

13.2. Essas providências são indispensáveis para assegurar que a contratação atenda plenamente às finalidades de promoção da acessibilidade, permanência estudantil e inclusão institucional, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1. Com fundamento nos elementos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos levantados ao longo da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, e em estrita observância ao disposto no inciso XIII do art. 9º da Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, não foram identificados impedimentos de ordem legal, técnica, orçamentária ou operacional que obstem o regular prosseguimento do processo de contratação.

15.2. A análise realizada evidenciou a adequação da solução proposta às necessidades institucionais, bem como sua compatibilidade com as diretrizes de eficiência, economicidade, planejamento e interesse público que regem as contratações públicas. Dessa forma, conclui-se que a contratação se revela tecnicamente adequada, juridicamente regular, economicamente vantajosa e administrativamente necessária, atendendo aos requisitos normativos aplicáveis e às demandas institucionais identificadas.

15.3. Assim, a contratação é considerada **VIÁVEL, RAZOÁVEL e OPORTUNA**, estando devidamente amparada nos elementos constantes dos autos e em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

15.4. Por fim, registra-se que a contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nas hipóteses legais de classificação de informações sigilosas, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), inexistindo qualquer fundamento jurídico que justifique a decretação de sigilo, razão pela qual deverá ser assegurada a transparência ativa e passiva do procedimento, em consonância com os princípios da publicidade e do controle social.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AMANDA TAMIRES DOS SANTOS SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento

**EDCARLOS PAZ DE LUCENA**

Membro da Equipe de Planejamento